



REPÚBLICA EM DOCUMENTOS

Série Documentos Arquivísticos nº 2

Documentos Cartográficos



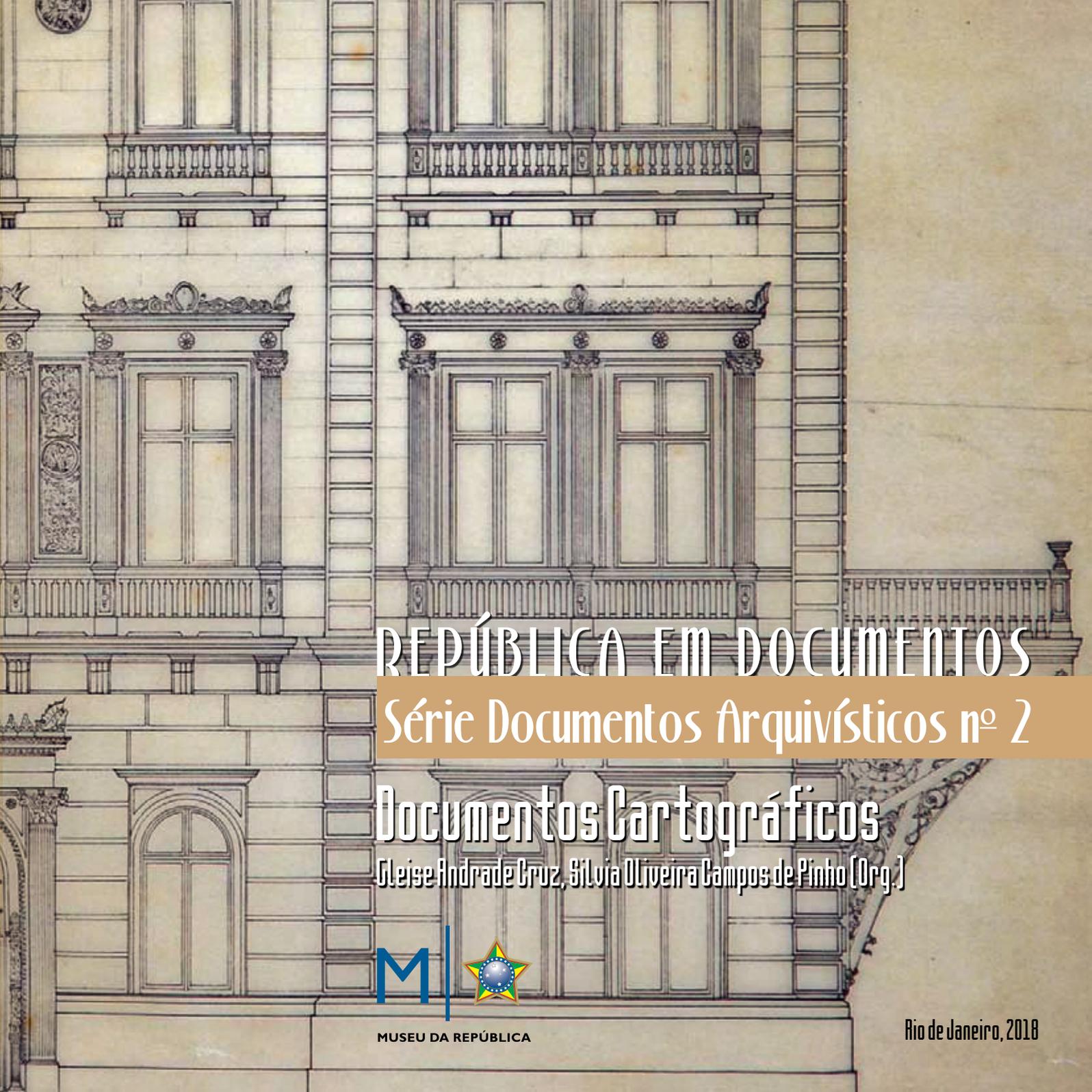
MUSEU DA REPÚBLICA

REPÚBLICA EM DOCUMENTOS

Série Documentos Arquivísticos nº 2

Documentos Cartográficos





REPÚBLICA EM DOCUMENTOS

Série Documentos Arquivísticos nº 2

Documentos Cartográficos

Gleise Andrade Cruz, Sílvia Oliveira Campos de Pinho (Org.)



MUSEU DA REPÚBLICA

Rio de Janeiro, 2018

Presidente da República
MICHEL TEMER

Ministro da Cultura
SÉRGIO SÁ LEITÃO

Presidente do Instituto Brasileiro de Museus
ENEIDA BRAGA ROCHA DE LEMOS

MUSEU DA REPÚBLICA

Diretor
MARIO CHAGAS

Coordenador Técnico
MARCUS VINICIUS MACRI RODRIGUES

Coordenadora Administrativa e Financeira
SILVIA FENIZOLA

SUMÁRIO

- 6 Apresentação
Mario Chagas
- 8 A criação do Programa de Memória Institucional
do Museu da República
Gleise Andrade Cruz, Joana Regattieri Adam e Silvia Oliveira Campos de Pinho
- 36 Anexo A - Quadro de Arranjo do Arquivo Institucional
- 38 Os documentos cartográficos do Arquivo Institucional
do Museu da República
Gleise Andrade Cruz e Silvia Oliveira Campos de Pinho
- 58 Relação de dossiês dos Documentos Cartográficos
Gleise Andrade Cruz

APRESENTAÇÃO

Os arquivos e os museus, particularmente os arquivos de museus, são lugares de memória e de esquecimento, de poder e de resistência, de silêncio e de obstinada eloquência, de arte e de ciência. Eles também são lugares onde se podem construir novidades e comunidades na direção do bem comum. Ali nos arquivos de museus é possível identificar poéticas e políticas em movimento. Ali tudo está contaminado de uma dimensão estética que se revela nos modos de colecionar, de se oferecer ao público, de se construir como narrativa (todo arquivo compõe-se de múltiplas e hipertextuais narrativas). Como diz o poeta Paulo Leminski: “Narro, logo existo”. Se podemos admitir a existência de um sentido especial nos documentos e narrativas que os cientistas buscam e hão de decifrar, haveremos de admitir também que foram os artistas, a arte e a estética de homens e mulheres comuns que puseram lá, nos tais documentos, algum sentido.

Com o objetivo de divulgar a memória das coisas que tendem ao esquecimento e ao silêncio, que tendem a ser desconsideradas do ponto de vista historiográfico, é que lançamos em 2015 a coleção *República em Documentos*, criada como instrumento de divulgação e pesquisa de seus acervos arquivístico, bibliográfico e museológico. Cada um desses acervos constitui uma série especial. O primeiro volume deu início à *Série Documentos Arquivísticos*, abordando a documentação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) da Coleção Getúlio Vargas, que está sob a guarda do Arquivo Histórico. O segundo volume da série *Documentos Arquivísticos* dá atenção aos documentos de seu Fundo Institucional, sublinhando a importância do registro, da conservação e da trajetória do próprio Museu, que sempre trabalhou com histórias e memórias diversas.

Criado em 1960 por Juscelino Kubitschek, incluído na estrutura do Museu Histórico Nacional, o Museu da República tinha, à época, como responsabilidade “receber, classificar, colecionar, catalogar, expor e conservar os objetos adquiridos, doados ou transferidos, ligados, direta ou indiretamente, à História da República Brasileira” e “realizar pesquisas sobre assuntos de História da República, relacionados com a finalidade do Museu”.

De 1960 até à atualidade o Museu da República passou por inúmeras mudanças administrativas, institucionais e conceituais. A vida social do Museu da República, ao longo dos últimos 58 anos, revela uma trajetória extremamente rica, repleta de exposições de curta, média e longa duração, de eventos culturais diversos, de ações educativas, seminários, pesquisas, obras arquitetônicas e restaurações. A trajetória de vida do Museu da República é marcada, também, pela interação com diversos públicos, tais como estudantes, turistas, profissionais, bem como instituições culturais e universitárias e comunidades do Catete e adjacências. Além de tudo isso, é notável o trabalho de dezenas de servidores públicos que, ao longo dos anos, deixaram suas contribuições para a Instituição que hoje tem como missão: “Contribuir para o desenvolvimento sociocultural do país, por meio de ações de preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural republicano, material e imaterial, para a sociedade brasileira, visando à valorização da dignidade humana, à cidadania, à universalidade do acesso e o respeito à diversidade”.

Para registrar tudo isso foi criado, em 2010, no Arquivo Histórico, o Programa de Memória Institucional do Museu da República, cujo eixo central foi a criação do Arquivo Institucional, com o objetivo de conservar os documentos produzidos e acumulados pela Instituição ao longo do tempo. O Arquivo Institucional já conta, atualmente, com um volume estimado de 106 metros lineares e continua a crescer, na medida em que trata de um fundo aberto e bem vivo.

Na publicação que o leitor tem nas mãos, narramos o processo de constituição do Arquivo Institucional do Museu da República e, entre os seus variados tipos de documentos, destacamos: fotografias, cartografias, audiovisuais, desenhos, recortes de jornais, processos, catálogos de eventos, registros de entrada e de movimentação de acervos e outros.

Os documentos cartográficos que constituem a presente publicação têm uma poética singular e nos ajudam a perceber e compreender a dinâmica da preservação de um bem registrado como patrimônio histórico e artístico nacional, qual seja: o Palácio do Catete e seu Jardim Histórico, sede atual do Museu da República! Vida longa para o Museu da República! Vida longa para o Instituto Brasileiro de Museus!

A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MUSEU DA REPÚBLICA

*Gleise Andrade Cruz, Joana Regattieri Adam e
Silvia Oliveira Campos de Pinho*

Em 15 de novembro de 2010, o Museu da República celebrou seu aniversário de 50 anos. Em meio às comemorações e reflexões em torno da data, emergia um flagrante paradoxo: uma instituição de memória, responsável pela guarda e preservação de acervos históricos, a partir dos quais elaborava narrativas históricas, não registrava, contudo, sua própria trajetória. Enquanto os acervos eram tratados, conservados, catalogados, descritos e divulgados, a documentação referente à história da instituição permanecia dispersa em seus setores e espaços, sem um tratamento específico. Esses documentos, das mais variadas tipologias, “rastos” dos 50 anos de um museu nacional, não eram identificados pelos próprios técnicos e funcionários como *acervo* – categoria tão tradicionalmente sacralizada dentro das instituições museais.

Da mesma forma, o Museu da República continuava a realizar exposições de curta e longa duração, com temáticas relacionadas ao acervo e a questões da história republicana brasileira, através das quais construía narrativas e abria espaços de reflexão histórica, enquanto sua própria história não era objeto de registro e questionamento. Seu percurso enquanto instituição, suas vinculações e realizações, escolhas, aventuras e desventuras¹ permaneciam apenas como lembranças nostálgicas dos funcioná-

Gleise Andrade Cruz
Arquivista e mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais (FGV). Técnica do Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República.

Joana Regattieri Adam
Graduada em História (UFRJ/UNB) e em Produção Cultural (UFF) e especialista em Patrimônio Cultural (PEP/IPHAN/UNESCO). Trabalhou como Técnica do Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República entre 10/2010 e 09/2015. Atualmente lotada na COMUSE/DPMUS/IBRAM, em Brasília.

Silvia Oliveira Campos de Pinho Historiadora e mestre em História (UFMG). Técnica do Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República.

1 Referência à mais famosa e polêmica exposição de longa duração do Museu da República, “A

rios mais antigos. Fazia-se necessário, portanto, recuperar essa trajetória, incorporá-la, torná-la objeto de estudo e reflexão, musealizá-la. É sobre essa busca que iremos discorrer.

A CRIAÇÃO DO MUSEU DA REPÚBLICA

A criação do Museu da República está diretamente relacionada ao edifício no qual está abrigado: o Palácio do Catete, construído entre 1858 e 1867, por um barão do café – o Barão de Novo Friburgo – para ser a residência de sua família na Corte, em uma clara demonstração de seu poderio econômico. Em 1897, o Palácio tornou-se sede do poder executivo federal e por ele passaram 22 presidentes da República². Com a construção de Brasília, era necessário dar um novo destino ao prédio, tombado em 1938 pelo IPHAN, juntamente com seu belo jardim. Sua transformação em “Museu da República” foi acordada entre o presidente Juscelino Kubitschek e seu amigo Josué Montello, então diretor do Museu Histórico Nacional, ao qual o novo museu estaria subordinado. Desse modo, Kubitschek marcava, mais uma vez, sua intenção de construir o futuro sem tirar os olhos do passado, construindo o novo a partir da tradição³.

O novo museu foi criado através do Decreto nº 47.883, de 08 de março de 1960, que incluía “na estrutura do Museu Histórico Nacional órgãos que constituirão o Museu da República”. Para tanto, o decreto criava a Divisão

Ventura Republica”, montada na gestão de Anelise Pacheco (diretora de 1992 a 2003).

2 De Prudente de Moraes a Juscelino Kubitschek, entre 1897 e 1960, lembrando que Getúlio Vargas esteve no poder por 19 anos - longevidade que contribuiu para a forte associação entre a sua figura e o Palácio do Catete, consolidada pelo fato de este ter sido o palco de seu suicídio.

3 Visão então predominante entre os arquitetos modernistas do IPHAN e que esteve presente na construção da nova capital. O tombamento do edifício conhecido como “Catetinho” pelo IPHAN já em 1959 – apenas três anos após sua construção e antes mesmo da inauguração de Brasília – é exemplo dessa interpretação. Sobre o pensamento do IPHAN nesse período, ver FONSECA (1997).

de História da República do MHN, sediada no Palácio do Catete e que seria constituída por: “a) Museu da República (M.R.); b) Seção de Pesquisa (S.P.); c) Zeladoria”. Ela seria responsável por “receber, classificar, colecionar, catalogar, expor e conservar os objetos adquiridos, doados ou transferidos, ligados, direta ou indiretamente, à História da República Brasileira”; e por “realizar pesquisas sobre assuntos de História da República, relacionados com a finalidade do Museu”. Previa-se ainda que o Ministério da Educação e Cultura deveria promover todas as providências para a instalação do novo museu a partir de 22 de abril de 1960. Dois dias antes, Juscelino Kubitschek e sua comitiva desceram simbolicamente a escadaria do ainda Palácio presidencial pela última vez, dali seguindo para o Aeroporto Santos Dumont a fim de tomar um avião com destino à Brasília⁴. No dia 21 de abril de 1960, seria inaugurada a nova capital do país.

O Museu da República foi inaugurado com grande pompa e presença de políticos e personalidades, em 15 de novembro de 1960. O grande atrativo era a remontagem do quarto onde Getúlio Vargas havia se suicidado – cenário trágico que continua mobilizando visitantes e que se constituiu como uma marca do Palácio/Museu⁵. O núcleo inicial de seu acervo foi formado a partir das transferências do Museu Histórico Nacional de objetos e documentos relacionados à história republicana brasileira. Ao longo dos anos, somaram-se itens de temática semelhante, doados diretamente ao museu.

Em 1983, o Museu da República torna-se autônomo em reação ao Museu Histórico Nacional, passagem que dá início a um período de intensa efervescência na instituição⁶. É possível perceber, tanto pelo estudo da

4 De acordo com Vidal (2012), a foto de Juscelino Kubitschek e sua comitiva descendo as escadarias do Palácio do Catete foi divulgada em toda a imprensa e “viria a ser a representação oficial da partida do poder”.

5 Após a morte de Getúlio Vargas, seu quarto já havia sido remontado no Museu Histórico Nacional. Com a criação do Museu da República, surgiu a oportunidade de transferir a montagem para seu local original, aumentando consideravelmente a carga simbólica do cenário.

6 Determinação n.74, de 11 de julho de 1983, assinada pelo presidente da Fundação Pró-Memória, Marcos Vilaça, e que estabelece a “desvinculação do Museu da República da estrutura do Museu



O presidente Juscelino Kubitschek, sua família e membros de seu governo deixam o Palácio do Catete em direção à Brasília. Rio de Janeiro, 20 de abril de 1960. Arquivo Nacional.



O presidente Juscelino Kubitschek, o diretor do Museu Histórico Nacional, Josué Montello, e o Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado (na segunda fileira), inauguram o Museu da República. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1960. Foto: Manoel Roberto Lopes Maia.



*Vista do Salão Nobre do Palácio do Catete no dia da inauguração do Museu da República.
Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1960. Foto: Manoel Roberto Lopes Maia.*

documentação, quanto pelos depoimentos colhidos no Programa de História Oral (sobre os quais discorreremos mais à frente), que nesse momento a equipe do Museu da República procurou repensá-lo e redefiní-lo, distanciando-se do modelo barrosiano de sua antiga vinculação e buscando uma identidade mais livre e independente. Esse movimento não cessou nem mesmo durante os anos em que o Palácio ficou fechado ao público, de 1984 a 1989, para obras de restauração e recuperação dos danos causados pela instalação da estação de metrô do Catete. Nesse período, o jardim e os outros espaços permaneceram abertos e ativos, movimentados pelas mais diversas atividades, tais como colônia de férias, exposições e seminários. Posteriormente, o Museu da República passou por novas fases e transformações, advindas de outras (re)vinculações administrativas – como a extinção da Fundação Pró-Memória em 1990. Atualmente, o Museu é uma unidade do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia vinculada ao Ministério da Cultura⁷.

Histórico Nacional”, “considerando a necessidade de revitalização do Museu da República, como unidade de grande importância para a preservação e difusão da memória nacional”.

7 O IBRAM foi criado em 7 de maio de 2009, através do decreto nº 6.845 (publicado no DOU de 6/5/2009, tendo em vista o disposto no art.16 da Lei nº 11.906 de 20/01/2009). O novo órgão absorveu o Departamento de Museus (DEMU) do IPHAN e as instituições a ele vinculadas.

Ao ser interditado para obras, o Palácio do Catete apresentava problemas de origens diversas, cujas principais causas foram os agentes climáticos/ambientais, o desgaste natural originado pelo seu uso como museu e a fragmentação das camadas do subsolo. Dentre estes problemas, destacam-se:

- peças de serralheria oxidadas, estando algumas irrecuperáveis;
- esquadrias deterioradas;
- forros e revestimentos das paredes semi-destruídos;
- inúmeras fissuras;
- ornamentação (elementos em gesso, pinturas, estuque, etc.) em processo de desagregação;
- pinturas novas, lisas, recobrimdo antigas pinturas artísticas;
- infiltrações em diversos pontos, acelerando, com a penetração de águas pluviais, a destruição interna do prédio.
- madeiramento atacado por cupins e umidade.



Relatório das obras de recuperação do Museu da República. Rio de Janeiro, década de 1980.

VENHA CONHECER ALGUNS
ASPECTOS DA ÉPOCA DA
CRIação DO MUSEU

o homem as bossas e as novas

EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA
DO 25º ANIVERSÁRIO DO
MUSEU DA REPÚBLICA

de 21 de nov. a 20 de dez.
de 2ª a 6ª feira
das 9:00 as 18:00 horas

na Sala de Exposições - no andar
térreo do anexo do Museu, em
em frente a portaria



Cartaz de exposição realizada no Museu da República em 1985. Mesmo com o Palácio fechado ao público em decorrência de obras, o Museu manteve intensa programação, realizando eventos e exposições no jardim e no prédio Anexo. Rio de Janeiro, novembro de 1985.

O PROGRAMA DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL

O Programa de Memória Institucional (PMI) surgiu em 2010, dentro do Arquivo Histórico⁸ – setor que vinha passando por reestruturação desde 2007⁹. A criação do programa constituía uma demanda e aspiração tanto dos técnicos do Arquivo quanto da então diretora, Magaly Cabral, cujo grande incentivo e apoio foram fundamentais ao desenvolvimento do trabalho. Além da preservação dos documentos institucionais, objetivava-se conhecer mais sobre instituição, a formação de seus acervos¹⁰, suas exposições de curta e longa duração, eventos comemorativos, suas relações com a sociedade, suas políticas implantadas ao longo do tempo. Partiu-se do pressuposto de que a reconstituição da trajetória e das origens da casa era fundamental para a definição e reflexão em torno de sua identidade e de seu lugar enquanto museu¹¹. Assim, buscava-se tanto responder a ques-

8 O Arquivo Histórico do Museu da República conserva e disponibiliza ao público cerca de 90 mil documentos relacionados à história da República Brasileira. A documentação é composta, principalmente, de arquivos pessoais, com documentos textuais, fotografias e mapas, trazendo registros da vida privada e pública de personagens do período republicano brasileiro. Entre eles, está o Arquivo Canudos, com fotos de Flávio de Barros (únicas imagens conhecidas do conflito), e a Coleção Família Passos, ambas nomeadas pelo Programa Memória do Mundo/UNESCO.

9 Reestruturação tanto física – incluindo a mudança do espaço físico e troca do mobiliário, através de financiamento do BNDES – como nas rotinas internas do setor.

10 Algum tempo depois do surgimento do PMI, foi criado, dentro do Museu da República, com técnicos de vários setores, a Comissão Interna de Acervo (CIA), com o objetivo de (re)pensar e definir uma política de acervo para a instituição. Durante os trabalhos desta, observou-se a necessidade de saber mais sobre a proveniência e a trajetória dos acervos, assim como conhecer melhor a história e a identidade do Museu. Para preencher essas lacunas, é fundamental a localização e exame dos documentos relacionados ao assunto. Esses documentos estão sendo reunidos no Arquivo Institucional. Desse modo, percebe-se a grande correlação entre os trabalhos desenvolvidos pela CIA e pelo PMI.

11 Segundo Rousso (2006, p.95) a memória é “um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros”. Também Pollak (1992) chama a atenção para a importante ligação entre

tões básicas como: *Quais foram os diretores da instituição?* ou *Quais foram os momentos cruciais para a trajetória institucional?*, como levantar questionamentos tais como: *De que maneira a história da República tem sido escrita no Museu da República?* e *Que tipo de República que tem sido representada, tanto nas exposições como no acervo?*.

Ao mesmo tempo, essa busca em reconstituir a história do Museu da República acontece paralelamente a um movimento crescente que têm atingido não apenas as instituições de memória propriamente ditas, mas as mais diversas empresas, organizações e movimentos sociais. É possível dizer que, já há algum tempo, “a memória está na moda”, sendo cada vez mais frequentes as “rememorações”, que abrangem desde publicações comemorativas, coleta de depoimentos orais, elaboração de sites até a criação de “centros de memórias”, com os mais variados conteúdos, sujeitos e diferentes tipologias de acervos¹².

memória e identidade social. Segundo esse autor, na construção da identidade – a imagem de si, para si e para os outros –, tanto individual como coletiva, há três elementos básicos: a unidade física; a continuidade dentro do tempo; e o sentimento de coerência, de que os vários elementos que formam um indivíduo ou grupo são unificados. Desse modo, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (ibidem, p.5).

12 Rousso (2006, p.94), em texto de 1996, já apontava o “modismo” em torno da memória. No Brasil, o CPDOC/FGV foi pioneiro nos projetos de memória institucional, sobretudo através da metodologia da história oral, tendo elaborado uma série deles. Ver, por exemplo, o texto de Motta (1995), sobre os depoimentos relacionados à história do Banco Central, desenvolvido pelo CPDOC.

O ARQUIVO INSTITUCIONAL

Os programas de memória institucional normalmente se deparam com a dispersão dos seus acervos organicamente produzidos. As instituições são corporações que, tal como a vida de uma pessoa, também têm suas trajetórias marcadas por descontinuidades, mudanças e rupturas, o que contribui para a fragmentação dos seus aparatos de memória, dificultando a construção de narrativas sobre sua trajetória que façam sentido e contribuam para o reconhecimento de identidades locais e conexões com a história geral da sociedade em que estão inseridas. O tratamento arquivístico adequado para enfrentar a dispersão natural dos acervos corporativos é ação primordial para a recuperação da história institucional. Sem a intervenção de arquivistas, a pesquisa e o levantamento de dados para a sistematização de uma história da instituição seriam, senão impossível, muito difícil.

Por isso, a criação do Arquivo Institucional, eixo central do Programa de Memória Institucional do Museu da República, só se tornou possível pela chegada de uma arquivista na instituição, em dezembro de 2010¹³. Partiu-se, inicialmente, da identificação da documentação relativa ao Museu que estava depositada, sem nenhum tratamento, no próprio setor Arquivo Histórico. Tratava-se de documentos da antiga Didop (Divisão de Documentação e Pesquisa), que, na década de 1980, reunia Arquivo, Biblioteca e Pesquisa. Posteriormente, foram sendo recolhidos os documentos depositados nos outros setores e espaços da instituição, incluindo um sótão com um grande número de caixas empilhadas, local sem ventilação e limpeza regular, o que deixava a documentação suscetível a sinistros e infestações.

13 Elizabeth Messias, primeira servidora arquivista do quadro técnico da instituição, trabalhou no Museu da República de dezembro de 2010 a agosto de 2011. Com sua saída, a montagem do Arquivo Institucional ficou paralisada até março de 2012, quando a arquivista Gleise Cruz ingressou na instituição e deu continuidade ao trabalho.

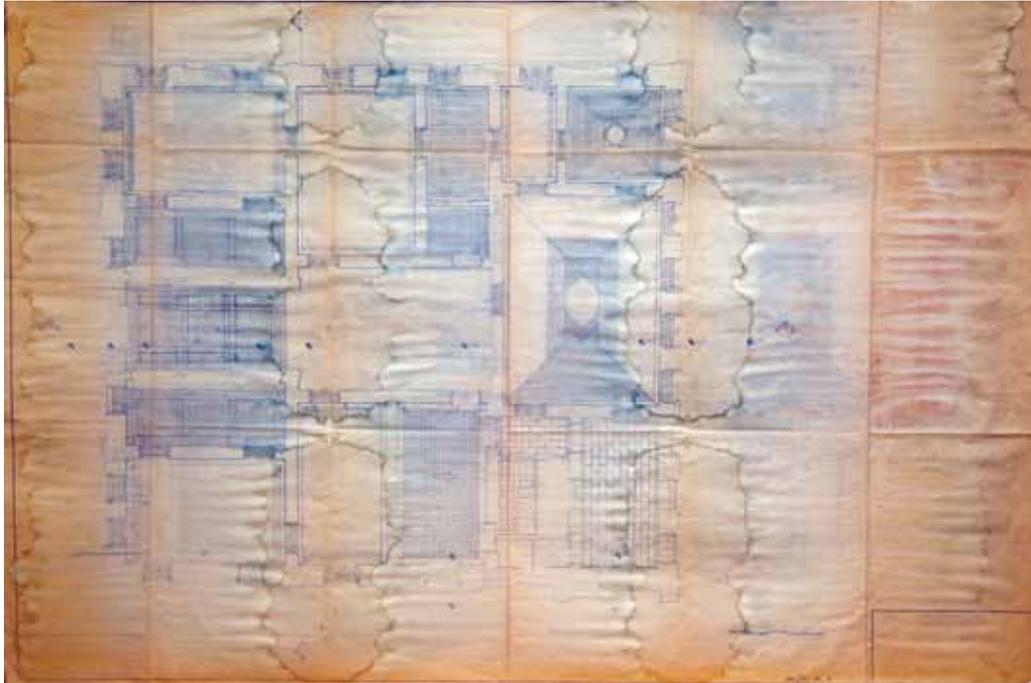
Criou-se, desse modo, o Fundo Museu da República¹⁴. Devido ao “recolhimento selvagem”, termo de Heloísa Bellotto (1991, p. 89) para a falta de método e/ou periodicidade quando da produção, acumulação e recolhimento do Fundo Museu da República, não foi possível aplicar um dos princípios norteadores da Arquivologia – o respeito à ordem original. Não havia organização que pudesse ser rastreada, mesmo recorrendo à memória dos funcionários mais antigos.

DIAGNÓSTICO DO FUNDO MUSEU DA REPÚBLICA

O acervo possui 106 metros lineares, 612 caixas e 122.400 documentos. Todos os suportes físicos estão em bom estado de conservação, sendo constituído por documentos em papel de pequeno e grande formato (incluindo papel jornal e papel fotográfico), mídias eletrônicas, vidro e polímeros fotográficos em poliéster. Este fundo abrange o período de 1919 aos dias atuais – embora o Museu da República tenha sido criado em 1960, há diversos documentos anteriores, relacionados ao acervo que veio transferido do Museu Histórico Nacional.

Por ser um acervo recente (80% tem menos de 40 anos), os suportes estavam íntegros, havendo leves sinais de fungos, mas não tendo passado por nenhuma infestação. Houve, porém, um acidente com parte do acervo cartográfico nas chuvas de 2009, além de outras ocorrências menores, resultantes de infiltrações, até o presente ano. A equipe do Laboratório de Conservação e

14 De acordo com o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (2005), os termos “fundo” e “arquivo” se equivalem, na acepção de “arquivo” como conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte; e entendendo “fundo” unicamente como conjunto de documentos de uma mesma proveniência, de forma orgânica e automática. Vale lembrar que o termo “arquivo” significa também instituição, serviço, prédio e móvel. Portanto, emprega-se “fundo” para diferenciar arquivos dentro de uma instituição arquivística.



Planta baixa do telhado do Palácio do Catete, março de 1986. Documento recuperado após ter sido molhado.

Restauro de Documentos em Suporte Papel do Museu da República (Lacor)¹⁵, juntamente com a equipe do Arquivo Histórico e Institucional (AHI), conteve as emergências e já concluiu as fases de higienização e conservação de cerca de 60% de todo o fundo sob sua guarda. A higienização da documentação recolhida do sótão foi realizada por empresa especializada, ao longo de 2014. Em 2015, foi contratada a higienização dos suportes fílmicos dos Documentos Fotográficos (poliéster e vidro).

15 O Laboratório de Conservação e Restauro de Documentos em Suporte Papel do Museu da República (Lacor) foi criado em 2004, pela servidora e conservadora Regina Alves Batista (aposentada em 2014). Em 2010, passou a contar também com o trabalho da restauradora Liamara Leite Fanaia. O Lacor é responsável pela conservação e restauração de todo o acervo em suporte papel da instituição, o que inclui o Arquivo Histórico, o Arquivo Institucional, a Biblioteca, além de itens em papel e em couro do setor de Museologia.

CLASSIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Ao mesmo tempo em que acontecia a identificação da documentação, foi iniciado o trabalho de elaboração de um Plano de Classificação para o Fundo Institucional do Museu da República¹⁶. Esta ferramenta é uma hierarquia de classes que objetiva racionalizar a organização do acervo, abrindo sobre uma mesma divisão, documentos similares ou correlatos. Para tanto, partiu-se de um extrato da Tabela de Classificação das Atividades-meio do Conarq¹⁷, adotado para documentos da área administrativa, na medida em que a instituição, como órgão da Administração Federal, faz parte do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar). O IBRAM – órgão ao qual o Museu da República está vinculado – iniciou, paralelamente, através de consultores contratados, a elaboração do Plano de Classificação e Destinação de Documentos: atividade-fim. Embora seja encontrada correspondência entre a maioria das séries do Fundo Museu da República com o Plano de Classificação e Destinação de Documentos: atividade-fim do IBRAM, esse não pôde ser utilizado, pois até o momento desta publicação ainda não havia sido aprovado¹⁸.

Um dos fatores determinantes para a definição da classificação das atividades-fim foi a ausência de organogramas definidos no Museu da República. Percebeu-se que, ao longo dos anos, os setores mudaram várias vezes de nomenclatura, de posição administrativa e de constituição interna – além das diversas alterações nas vinculações externas. Não

16 Não é comum identificar, triar, higienizar e classificar ao mesmo tempo. Entretanto, esse foi o método de trabalho encontrado pela arquivista para lidar com as inúmeras necessidades dessa volumosa e fragmentada massa documental. Embora fuja dos cânones teóricos arquivísticos, são fases que podem se sobrepor e abreviar o tempo de atuação.

17 Resolução n. 14 do Conarq disponível em http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=11&infoid=65&sid=46

18 A produção desse documento passou por muitas fases e a última consulta pública data de 14/07/2017

Aa 61.04.14

Exmo.Sr.
Tenente Coronel Aviador
Antonio Geraldo Peixoto
Estado da Guanabara

Caro Senhor

Agradeço vivamente a doação feita por V.S. ao Museu da República, de um estojo contendo o serviço de "toilette" que pertenceu ao Marechal Floriano.

Essa doação virá enriquecer de muito o já valioso acervo de tão grande brasileiro e, pode estar certo de que estes objetos serão zelados, como se estivessem em poder da família do Marechal.

Aproveito o ensejo para apresentar a V.S. meu elevado apreço e consideração.



Josue Montello
DIRETOR

Rio, 14/4/61 ✓

Carta enviada por Josué Montello, agradecendo doações de itens para o acervo do Museu da República. Rio de Janeiro, 1961.

AB.64.02.23



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Rio de Janeiro, 27/2/1961

Exmo.Sr.
Afonso Arinos
M.D. Ministro das Relações Exteriores
Palácio do Itamarati
N e s t a

Senhor Ministro:

Agradeço a doação feita por V. Excia. ao Museu da República, de um medalhão em bronze com a efígie do Presidente Rodrigues Alves.

Esta peça virá enriquecer não só o acervo do Museu, como o mostruário do referido Presidente.

Apresento a V.Excia. o testemunho do meu mais elevado apreço e consideração.


JOSUÉ MONTELLO
Diretor

JF/mec

Carta enviada por Josué Montello, agradecendo doações de itens para o acervo do Museu da República. Rio de Janeiro, 1961.

tendo sido localizado um organograma oficial da instituição, esta ferramenta não pode ser utilizada no plano de classificação, inviabilizando, definitivamente, uma abordagem estrutural. Optou-se então por constituir o plano de classificação a partir dos métodos tipológico e temático – bastante comuns na prática arquivística, embora menos consistentes.

O plano de classificação está baseado, em primeira instância, na missão do Museu da República¹⁹, na observação da estrutura organizacional atual e nas atividades descritas pelos próprios documentos. No campo arquivístico, não existe regra para a estruturação do Plano de Classificação de Documentos, mas há a obrigatoriedade que ele exista, refletindo as atividades e os assuntos da instituição (Resolução do Conselho Nacional de Arquivos n.1)²⁰. Além disso, os arquivos correntes de instituições públicas estão obrigados (Resolução do Conarq n.14) a aplicar o plano já elaborado pelo Arquivo Nacional²¹. Ou seja, as macro-classes administrativas, que devem abrigar os documentos usados pelos diferentes setores, já estão definidas na publicação Classificação, temporalidade e destinação de documentos de Arquivo relativo às atividades-meio da Administração Pública²².

Durante esse processo, foi solicitado aos funcionários dos diversos setores que auxiliassem no trabalho de separação da documentação local que tivesse temporalidade e/ou caráter permanente. Como isso não foi

19 Definida em seu Plano Museológico como “Contribuir para o desenvolvimento socio-cultural do país, por meio de ações de preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio cultural republicano, material e imaterial, para a sociedade brasileira, visando à valorização da dignidade humana, à cidadania, à universalidade do acesso e o respeito à diversidade” (Plano Museológico do Museu da República, 2010, p. 2).

20 Disponível em <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=138&sid=46>

21 Art. 1º APROVAR a versão revista e ampliada do Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, como um modelo a ser adotado nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. (Conarq, 2001)

22 Disponível em http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/digo_de_classificacao.pdf

possível, passou-se a coletar toda documentação que não estivesse estritamente em uso nos principais setores e a equipe²³ do Arquivo Histórico e Institucional assumiu a triagem, higienização, classificação, organização e avaliação. Trata-se de um ponto passível de discussão, na medida em que, teoricamente, avaliação e triagem não são atividades desenvolvidas em arquivos permanentes. Contudo, a experiência tem demonstrado que, na prática, raramente o conjunto que chega ao Arquivo Permanente está triado, menos ainda organizado e com temporalidade definida.

Ao final da fase de classificação dos documentos que estavam abrigados dentro do Arquivo Histórico, no prédio Anexo II do Museu da República, foi possível aprimorar as ferramentas, como o Quadro de Arranjo (Anexo A). Este instrumento possibilitou dividir o acervo em sessões (nível 2), séries (nível 3), subséries (nível 3,5) e dossiês (nível 4)²⁴. Também foram absorvidos documentos que estavam em duas pequenas coleções do Arquivo Histórico (Museu da República e Palácio do Catete), que se misturavam em conceitos e períodos²⁵. As ferramentas arquivísticas mencionadas (Quadro de Arranjo e Plano de Classificação de Atividades-Fim) foram baseadas nos documentos oficiais do Conarq e na pesquisa realizada em outras instituições. Com isso, foi possível definir uma organização para o Arquivo Institucional – organização essa que pode ser alterada e adaptada de acordo com as orientações institucionais que porventura venham do IBRAM.

A fase de descrição ainda não foi iniciada, na medida em que outros trabalhos se sobrepuseram e ainda há grande parte do acervo sendo

23 Em um quadro de reduzido número de servidores, tem sido fundamental o auxílio dos estagiários, estudantes de Arquivologia e de História. Ao longo desse período, contou-se com a colaboração de: Fiana Azevedo, Patrícia Madeira, Priscila Vieira, Fernanda Blanco, Gabriela Chamme, Tatiana Bonatti, Thayron Rangel, Andressa Coelho, Tamisa Caduda, Alexander Coelho, Aloán Sobral, Rodrigo Guimarães, Luíza Lisboa e Thayná Soares.

24 Essas divisões estão referenciadas na NOBRADE - Norma brasileira de descrição arquivística (2006, p. 11)

25 Foi mantida, no Arquivo Histórico, apenas a coleção Palácio do Catete, que atualmente contém documentos relacionados à edificação, antes de sua transformação em museu.

triada. Entretanto, prevendo a necessidade da descrição, aliada à busca de aprimorar a gestão do acervo e aproveitando o ingresso de um analista de sistemas no Museu da República, começou-se a pensar na criação de um banco de dados próprio que atendesse tanto ao Arquivo Histórico quanto ao Arquivo Institucional. Batizado de Badarq (Banco de Dados para Arquivos), o software foi desenvolvido pelo analista Matheus Rizzo e atualmente está em fase de testes e ajustes. Ele foi construído a partir dos formulários já adotados no setor, de referências de outras instituições e dos campos da Nobrade²⁶.

O PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL

Foi no contexto desse esforço em organizar a memória documental das ações e programas empreendidos pelas sucessivas gestões dos mais de 50 anos de existência do Museu da República, que a equipe do Arquivo Histórico e Institucional decidiu abordar também a História oral como recurso metodológico, paralelamente à organização arquivística da documentação²⁷.

Diante do desafio de preencher as lacunas que a dissipação documental provoca, e compreendendo que as instituições são construídas por pessoas, e que são elas as criadoras de sentido para o reconhecimento das

26 Foi escrito sobre a plataforma Microsoft.Net versão 4.0 utilizando as tecnologias ASP.Net, ADO.Net, e C# como linguagem de programação.

27 De acordo com Alberti (2006, p.155-156), a História oral “é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita”, que “consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente”. As entrevistas são realizadas dentro de projetos de pesquisa que definem quem serão as pessoas entrevistadas, assim como os roteiros e o destino do material produzido. Trata-se de uma metodologia interdisciplinar, que permite o acesso a “histórias dentro da história”, ampliando significativamente as possibilidades de interpretação do passado.

suas trajetórias, procurou-se buscar na memória dos funcionários, algumas chaves que desvendassem brechas que a documentação por si não pôde solucionar. O Museu da República carrega em sua trajetória as marcas da descontinuidade, fragmentação e fusão características das instituições públicas de cultura brasileiras, que muito vinculadas e sensíveis às mudanças políticas e econômicas do país, acabam por sofrerem dramáticas mudanças a reboque da conjuntura nacional. Essa trajetória de descontinuidade é difícil de ser captada apenas pela documentação textual, mesmo que esta esteja inteiramente organizada e disponibilizada. O registro e a sistematização de entrevistas com os agentes que ajudaram a construir os rumos da instituição é, nesse sentido, de grande relevância, trazendo informações preciosas para o conhecimento da trajetória do Museu, além de múltiplas visões sobre pontos de controvérsia.

Ao mesmo tempo, tinha-se consciência da riqueza da fonte oral, por si só repleta de significados e sentidos, assim como geradora de diversas análises e reflexões. Riqueza que, como destaca Motta (1995, p.3), começa pela própria oralidade da fonte, colocando o entrevistador-pesquisador em contato direto com a voz do entrevistado, “com a veemência de algumas afirmativas, a eloquência dos longos silêncios, a hesitação de certos momentos, que são, sem dúvidas, parte da reconstrução do passado”. A utilização dos depoimentos na história institucional permite perceber os meandros das decisões, “o peso do aleatório e do conjuntural”, as rivalidades, as redes de amizade e “toda uma *ambiance* impossível de ser recuperada através da documentação escrita” (ibidem, grifo no original). Desse modo, buscou-se produzir um acervo audiovisual que, ao mesmo tempo em que complementasse as lacunas da documentação escrita, também trouxesse outro tipo de olhar/registo, multiplicando as possibilidades de estudo e de compreensão da história do museu.

A preparação para a etapa de registro de entrevistas do Programa de Memória Institucional teve início no princípio de 2013, quando a equipe do Arquivo Histórico e Institucional realizou prospecção de algumas iniciativas empreendidas por instituições do Rio de Janeiro que adotaram o método de história oral em suas ações, inclusive para a recuperação de sua própria trajetória. Percebeu-se nas experiências visitadas – como o

projeto “Depoimentos para a Posteridade – Memória Institucional MIS/RJ” e o Programa de História Oral do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas – modos de se trabalhar com a gravação, a escolha dos entrevistados, sistematização e disponibilização das entrevistas. Foi encontrada, particularmente na experiência do CPDOC/FGV, uma identificação metodológica que se adequava à realidade do Museu da República.

Decidiu-se contratar profissionais especializados em captação e preservação de acervo audiovisual, tendo por pressuposto que a qualidade do material produzido dependeria da parceria com equipe técnica qualificada. Além disso, não se dispunha de espaço, equipamentos próprios nem técnicos especializados na instituição, ao contrário de ambas as experiências visitadas. O Manual de História Oral (ALBERTI, 2013) e toda a documentação gentilmente disponibilizada pelo MIS/RJ e pelo CPDOC forneceram importantes orientações sobre como elaborar roteiros, formulários, cartas de cessão, como realizar a escolha dos entrevistados, como compor a equipe, o local ideal, o posterior tratamento do acervo, entre outros procedimentos.

Os critérios para a escolha do primeiro grupo de entrevistados seguiram tanto o princípio da antiguidade dos depoentes, quanto a prioridade aos dirigentes que estiveram à frente do Museu da República em seus mais de 50 anos de história, compondo um panorama das suas diferentes gestões, pela voz de seus próprios agentes. Assim, têm sido entrevistados tanto ex-diretores quanto ex-funcionários que colaboraram diretamente com tais gestões, como assessores ou parceiros, por vezes tendo participado de mais de uma delas, trazendo informações relevantes sobre momentos cruciais da trajetória da instituição²⁸. A primeira entrevistada, em fevereiro de 2014, foi Ecylla Castanheira Brandão (1926-2014), segunda diretora do Museu (1973 a 1977) e uma das mais atuantes e importantes museólogas

28 Antigos diretores do Museu da República entrevistados: Ecylla Brandão (gestão de 1973 a 1977); Lilian Barreto (gestão de 1983 a 1989); Neusa Fernandes (gestão de agosto de 1989 a dezembro de 1990); Helena Severo (de 1990 a 1992); Anelise Pacheco (de 1992 a 2003); Ricardo Vieiralves (gestão de 2003 a 2006) e Magaly Cabral (gestão de 2007 a 2018). Foram também entrevistados Mario Chagas (diretor atual e que na época da entrevista ocupava o cargo de assessor técnico) e os ex-funcionários Solange Godoy, Vera Mangas, Elizabeth Abel e Carlos Xavier.



Depoimento de Ecylla Castanheira Brandão ao Programa de Memória Institucional do Museu da República, realizado no Salão de Banquetes do Palácio do Catete. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2014. Foto: Gleise Cruz

brasileiras. Dessa forma, foi dado o pontapé inicial para a construção cooperativa de um programa de História oral no Museu da República e à produção de um acervo audiovisual que compreendesse sua história institucional contada a partir das memórias de seus agentes. Todas as etapas para a realização de cada entrevista, tais como a escolha dos entrevistados, os contatos, o agendamento, a escolha do local, a pesquisa para elaboração dos roteiros de perguntas, a produção executiva para a realização da entrevista em si, a escolha da dupla de entrevistadoras, o encaminhamento dos termos de cessão das entrevistas e o posterior tratamento do documento através de transcrições e elaboração de sumários para a facilitação da consulta, têm sido feitas com a colaboração de toda a equipe do Arquivo Histórico e Institucional, incluindo o valioso auxílio dos estagiários e dos funcionários mais antigos, testemunhas da história da instituição.

A cada entrevista, a equipe tem adquirido mais experiência e se enriquecido com os relatos, indagações e sentimentos dos entrevistados em



Depoimento de Mario Chagas ao Programa de Memória Institucional do Museu da República, realizado no Salão Nobre do Palácio do Catete. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2014. Foto: Tatiana Bonati

relação ao Museu da República. Suas histórias pessoais mesclam-se às histórias profissionais, tendo o Museu uma espécie de função catalisadora, através da qual traduzem seu próprio movimento político, institucional, econômico e social. Para os envolvidos no projeto, registrar esses depoimentos têm sido um grande desafio, mas também uma forma de aprendizado e de compreensão do papel do Museu. Visitar estas memórias torna-se assim um rico exercício de reflexão das próprias atividades e um estímulo para pensar o presente e o futuro da instituição.

MEMÓRIAINSTITUCIONAL:MEMÓRIACOMOCONSTRUÇÃO

Após os trabalhos de Maurice Halbwachs, nos anos 1920 e 1930, a memória deixou de ser vista como um fenômeno individual, passando a ser vista também como importante fenômeno coletivo e social, socialmente

construído, submetidos a negociações, intervenções e transformações constantes (POLLAK, 1992, p.2). Importante fonte de coesão social, ela agiria não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo (POLLAK, 1989). Estudos posteriores mostraram também o caráter opressor e uniformizador da memória coletiva oficial, buscando trazer à tona as memórias subterrâneas dos grupos dominados e mostrando a existência de verdadeiras “batalhas” entre memórias concorrentes. Ao mesmo tempo, tornou-se patente a relação entre presente e memória. Assim, a memória é em grande parte herdada e transmitida pela coletividade, mas também “sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa”. A lembrança “remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado”, de modo que “há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”. Essas constatações “se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos” (POLLAK, 1992, p.4). Por tudo isso, Pollak (1989) prefere o termo memória enquadrada ao de memória coletiva, na medida em que aponta para um “trabalho de enquadramento”.

Enfatiza-se, dessa forma, que a memória é um fenômeno construído, social e individualmente (POLLAK, 1992). Construção que envolve esforços tanto conscientes como inconscientes e que inclui organização, negociação e lutas²⁹. Pollak (1989, p.8) destaca ainda que o trabalho de construção da memória, para que tenha credibilidade, implica a escolha de testemunhos sóbrios e confiáveis, testemunhos “autorizados”. Nas organizações mais formais esse controle é efetuado pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de “historiadores da casa”, configurando um esforço legitimador.

Desse modo, sabemos que a criação de um Programa de Memória Institucional vai muito além da simples acumulação e sistematização objetiva

29 Sempre há grupos lutando entre si para que a sua memória (seja em relação a um fato histórico, seja ligada à experiência direta desse grupo, ou às lembranças herdadas de antecedentes) se torne a memória hegemônica. A memória nacional, a memória organizadíssima, é objeto de acirrada luta política (Pollak, 1992).

de documentos e do registro de depoimentos. Lidamos, o tempo todo, com memórias em construção e com batalhas de memória. Por isso, trabalhamos tanto com a história do Museu da República como com a história das memórias em torno do Museu da República³⁰. Essa dupla leitura permitida pelas fontes demonstra sua riqueza e potencialidade, trazendo tanto informações objetivas sobre fatos passados como sobre a maneira como esses fatos são rememorados e representados no presente, através de uma “abordagem que toma a memória como um objeto em si mesmo” (MOTTA, 1995, p.4).

Além disso, precisamos reconhecer também nosso papel enquanto agentes legitimadores dessas memórias e discursos que vão sendo construídos e reconstruídos. Assim, independentemente do formalismo dos instrumentos utilizados na definição do que é e do que não é acervo permanente (tabelas de temporalidade, classificação, entre outras), ou de quem entrevistar e de quais perguntas fazer (ou não fazer), é importante perceber os processos de atribuição de valor aí inseridos. Ao pretender “recolher” e “criar” estes registros, atuamos também como organizadoras e como artífices, escolhendo, selecionando, agindo como uma espécie de “curadoras” na tessitura dessa memória. Somos, também, construtoras nessa teia de memórias. O reconhecimento desses condicionantes não significa renunciar à busca pela ampliação do conhecimento sobre o passado, mas explicita a necessidade permanente de rigor e de reflexão.

30 Para Rousso (2006, p.97), “o próprio fato de escrever uma história da memória significa, por definição, que se ultrapassa essa oposição sumária entre história e memória, pois equivale a admitir que a memória tem uma história que é preciso compreender”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras). Usos e abusos da história oral. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2013.

_____. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (organizadora). Fontes Históricas. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Indivíduo e biografia na história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>

ALBERTI, Verena, FERNANDES, T.M., FERREIRA, Marieta (orgs.). História oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. Disponível em <http://books.scielo.org/id/2k2mb>

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Permanentes, tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

ALMEIDA, Cícero Antônio F. Catete: Memórias de um Palácio. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. Resolução do Conselho Nacional de Arquivos n. 1 de 18 de outubro de 1995. Disponível em

<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=138&sid=46>

_____. Conselho Nacional de Arquivos. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração

pública. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/resolucao_14.pdf

_____. Conselho Nacional de Arquivos. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ / Minc / IPHAN, 1997.

MOTTA, Marly Silva da. Histórias de vida e história institucional: a produção de uma fonte histórica: CPDOC, 1995. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>

MUSEU DA REPÚBLICA. Plano Museológico do Museu da República, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 1989, v.2, nº3. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>

_____. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV, 1992, v.5, nº10. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras). Usos e abusos da história oral. 8ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

VIDAL, Laurent. As lágrimas do Rio: o último dia de uma capital: 20 de abril de 1960. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2012.



Museu da República – Arquivo Histórico e Institucional

FUNDO MUSEU DA REPÚBLICA (fundo = nível 1¹) – Anexo A - Quadro de arranjo para todos os tipos de acervo²

Área-meio = administrativa (seção = nível 2¹)

Administração geral

Apoio institucional
Concessões comerciais
Modernização adm.
Organização e funcionamento
Rel. atividades

Pessoal

Política
Dossiê funcional
Aperfeiçoamento
Benefícios
Estágio

Material de consumo

Aquisição
Manutenção
Movimentação
Alienação
Extravio
Controle de depósito

Patrimônio

Aquisição
Manutenção (Reforma)
Segurança
Uso do bem (Situação)
Alienação
Concessionárias de serv. publ.

Divisões dentro dos quadros: primeira divisão = nível 3 (série) e a segunda divisão = nível 3,5 (subsérie)¹.

Área-fim = técnica (seção = nível 2¹)

Gestão de acervo

Acesso e reprod.
Aquisição
Circulação
Descarte
Política
Processam. téc.

Preservação de acervo

Armazenamento
Conservação
Condição ambiental
Política
Restauração
Pesquisa produtos
Pesquisa técnica

Pesquisa e divulgação

Pesq. institucional
Pesq. de público
Publicação da casa
Public. sobre a casa

Evento cultural

Artes
Cessão de espaço
Exposição
Curso
Seminário

1 Estrutura de divisão de acordo com: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *Nobrade*: Norma brasileira de descrição arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

2 Documentos textuais, iconográficos, cartográficos, audiovisuais e digitais. Este quadro foi elaborado através do estudo preliminar da documentação; e está sempre em revisão.

Orçamento e finanças

Auditoria
Execução de despesas
Prestação de contas
Programação orçam.

Comunicação social

Clipping
Mailing
Promoção inst.
(Homenagens)
Relação com imprensa
Rel. outros órgãos

Ações judiciais

Processos
administrativos
Desaparecimento
de acervo

Ações educativas

Atividades realizadas
Estudo e política
Visita mediada
Produtos

séries = nível 3

subséries = nível 3,5

dossiê ou processo = nível 4

OS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS DO ARQUIVO INSTITUCIONAL DO MUSEU DA REPÚBLICA

Gleise Andrade Cruz e Silvia Oliveira Campos de Pinho

A criação do Arquivo Institucional do Museu da República permitiu a reunião de um grande volume de documentos, das mais variadas tipologias e com os mais variados conteúdos, relacionados à história da instituição. Entre eles estão processos administrativos, correspondências, registros de entrada de acervo, folders de eventos e exposições, atas de reuniões, livros de assinaturas de visitantes, fotografias, slides e fitas-cassete. Há ainda um significativo conjunto que se diferencia tanto pela grande dimensão, quanto pela especificidade: trata-se dos documentos cartográficos¹, compostos principalmente por plantas-baixas, perspectivas, cortes, fachadas, croquis e mapas. Essa documentação pode, num primeiro momento, parecer menos atrativa que os documentos textuais e iconográficos, tanto pelo formato – que dificulta o manuseio – quanto pelas dificuldades de sua linguagem técnica e particular. Entretanto, um olhar um pouco mais atento é suficiente para perceber a sua riqueza, assim como suas múltiplas possibilidades de pesquisa.

Gleise Andrade Cruz
Arquivista e mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais (FGV). Técnica do Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República.

Silvia Oliveira Campos de Pinho
Historiadora e mestre em História (UFMG). Técnica do Arquivo Histórico e Institucional do Museu da República.

1 Na área de Arquivos, define-se *documento cartográfico* como o “gênero documental integrado por documentos que contêm representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos, como mapas, plantas, perfis e fotografias aéreas” (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p.74).

TRATAMENTO TÉCNICO

Os documentos cartográficos recolhidos no Museu da República foram avaliados, separados e classificados segundo as ferramentas criadas para o Fundo Institucional (Quadro de arranjo e extrato do Plano de Classificação do Conarq). A avaliação resultou em 30% de documentos separados para descarte – ou seja, foram considerados sem valor permanente, sendo destinados à eliminação de acordo com a legislação pertinente². Além disso, os itens com datas anteriores à criação do museu (1960), foram direcionados para o Arquivo Histórico³. Feito isso, resultou-se em um total de cerca de 1.000 documentos⁴, que receberam higienização, pequenos reparos e foram adequadamente acondicionados.

Todo esse volume documental foi organizado de acordo com uma investigação sobre a necessidade dos usuários principais – quais sejam, os funcionários da instituição – da seguinte forma: série Patrimônio (nível 3), subsérie Uso do Bem (nível 3,5) e em dossiês (nível 4). Os dossiês ficaram definidos de acordo com as características hidráulicas, elétricas e de telefonia do palácio, jardim e dos anexos; reforma ou situação; segurança e exposições; além dos mapas do entorno⁵.

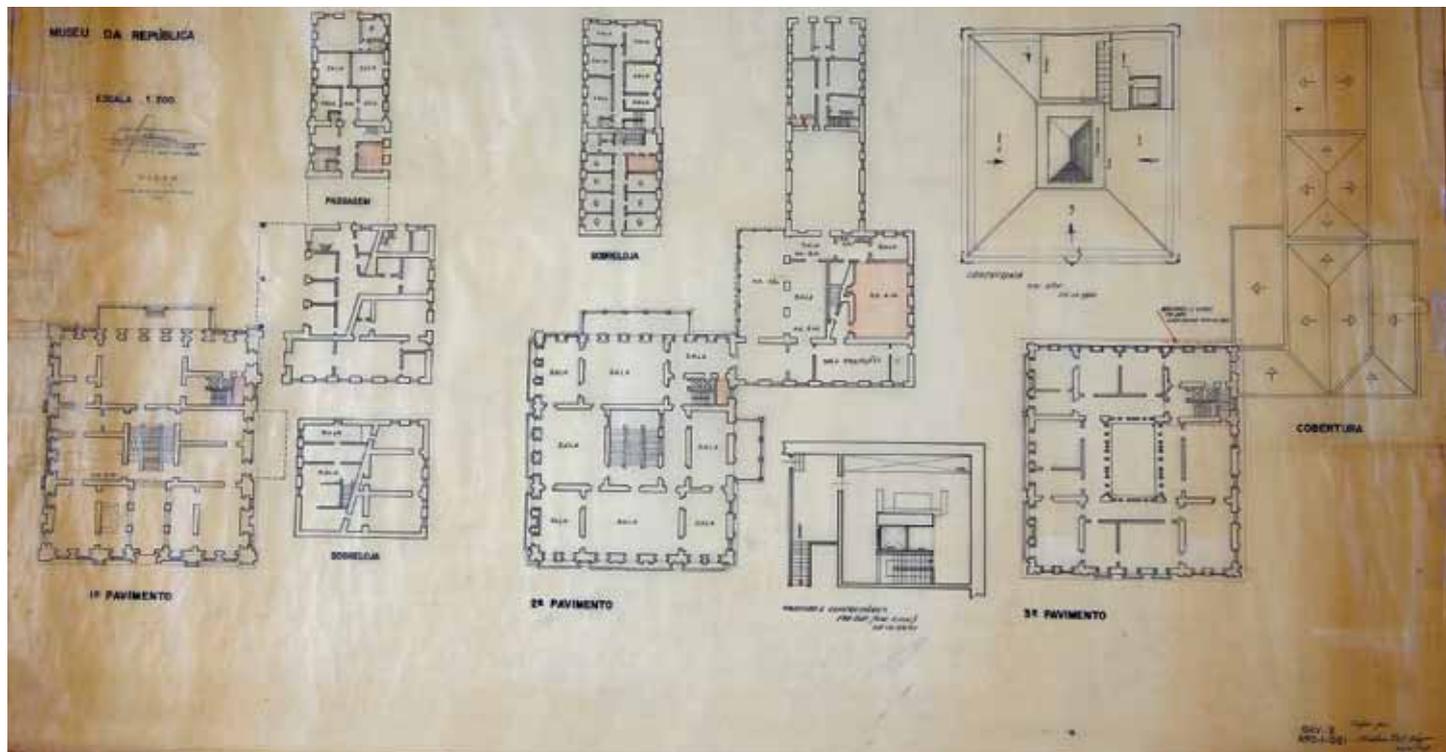
Dentro de cada dossiê, estão os itens documentais (nível 5) agrupados

2 Lei 8159/91 e Res. 40/2014 do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). O material separado era composto principalmente por cópias, além de itens sem nenhuma relação com o Museu da República.

3 Foram inseridos na Coleção Palácio do Catete, que reúne documentos relativos ao edifício antes de sua transformação em Museu da República. A coleção é composta, principalmente, de contas e recibos da construção do Palácio. Atualmente, ela reúne um total de 28 itens cartográficos, com datas entre 1896 e 1953.

4 É importante ressaltar que esse número poderá aumentar, na medida em que o Arquivo Institucional é um fundo aberto e continua a receber documentos produzidos e acumulados pelo Museu da República ao longo do tempo.

5 Os códigos foram definidos como: AGU (hidráulica), LUZ (elétrica), TEL (telefonia), REF (reforma), SIT (situação), SEG (segurança), EXP (exposições) e MAP (mapas).



Três pavimentos do Palácio do Catete e Anexos. Rio de Janeiro, 1967.

pelas dependências de cada edifício. Todavia, em alguns casos, um mesmo item continha várias dependências representadas. Optou-se, nessas situações, por seguir a divisão que o documento trazia. Por exemplo, cada pavimento do palácio é representado, geralmente, em um item documental. Entretanto, alguns arquitetos, a depender do uso, época e finalidade, desenharam todos os pavimentos, ou até mesmo todo o conjunto arquitetônico, em apenas um documento. Também há casos em que foram feitas relações entre ambientes distantes, objetivando um projeto específico. Como não foi possível desmembrá-los, permaneceram em itens documentais separados. Outra dificuldade encontrada foi a correta compreensão da nomenclatura dos pavimentos (tanto do palácio, quanto dos anexos), na medida em que ela se altera de acordo com a época e com o arquiteto que

produziu a documentação, podendo ser encontrada como “térreo, 1º e 2º pavimentos” ou como “1º, 2º e 3º pavimentos”. Essa variação causou obstáculos para a identificação dos ambientes, demandando uma análise mais demorada em cada documento.

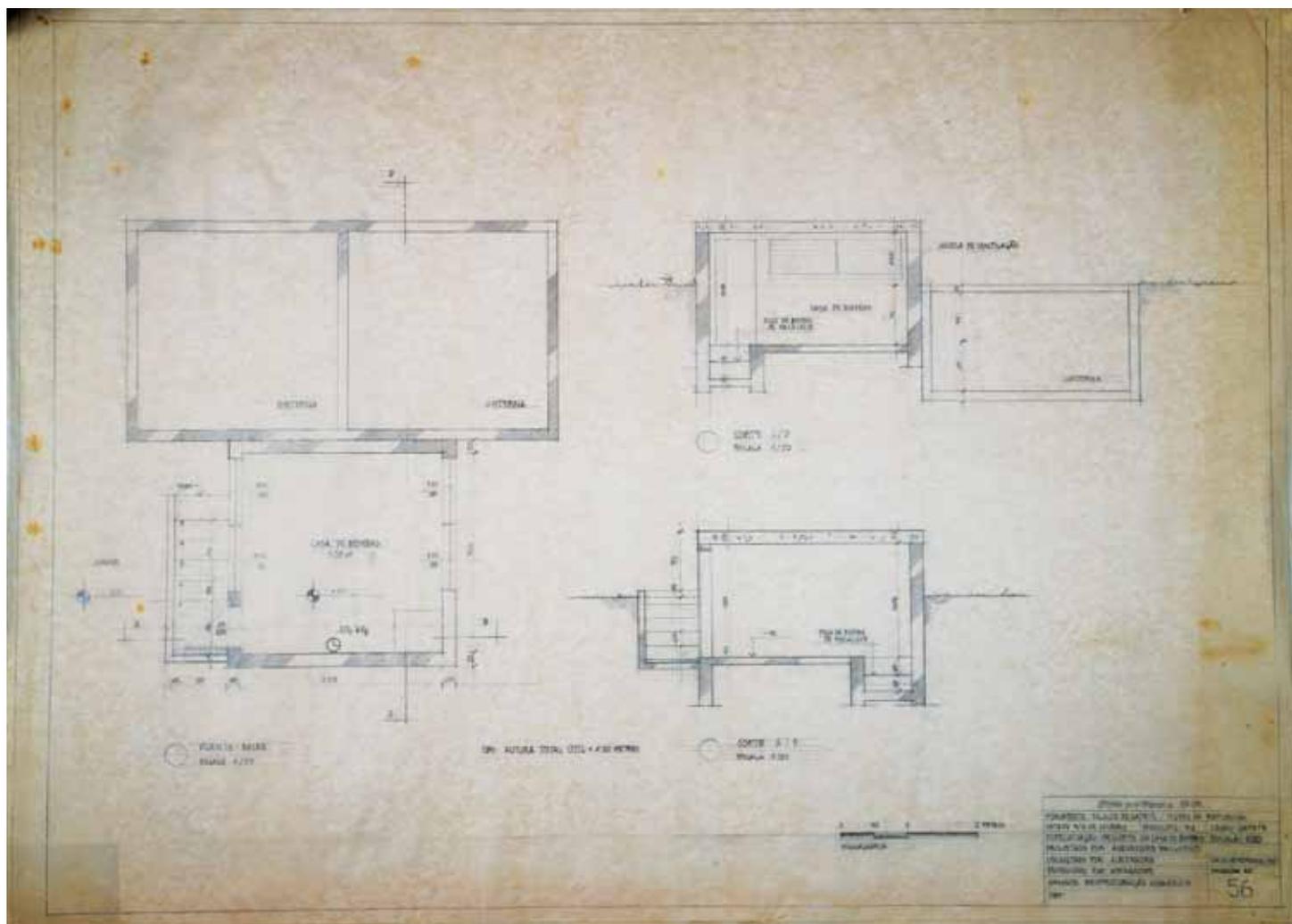
ELEMENTOS EM DESTAQUE

Dentro da documentação cartográfica, o maior conjunto é composto por documentos arquitetônicos, sobretudo plantas-baixas e perspectivas. Eles contêm representações de todos os ambientes do complexo, embora a nomenclatura se altere de acordo com as modificações de uso realizadas ao longo das diversas gestões. Há representações de vários ambientes que deixaram de existir, tendo seu espaço sido adaptado para outros usos, como é o caso de “Biblioteca Infantil” (SIT04), “Loja e chapelaria” (REF09) e “Teatro” (REF34). Os documentos mais antigos datam do ano de 1961 e possuem conteúdo referente à elétrica, reforma, situação e segurança.

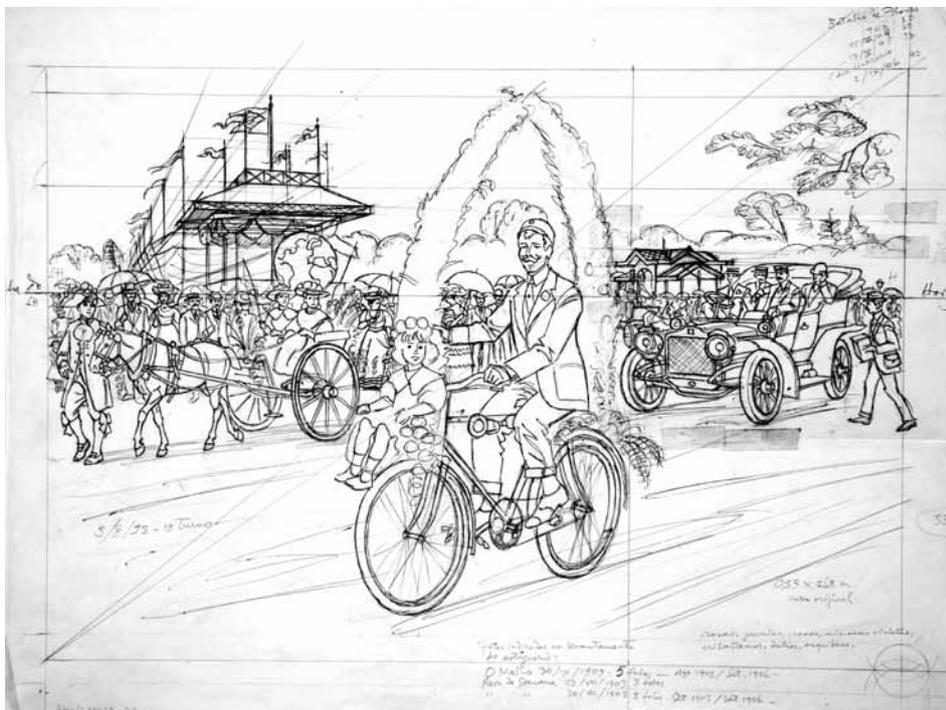
Entre os documentos mais significativos, e com maior volume, estão aqueles relacionados à grande reforma ocorrida no Museu da República. Entre os anos de 1984 e 1989. Nesse período – quando o Palácio permaneceu, inclusive, fechado ao público – foram realizadas grandes obras de restauração arquitetônica e artística. Os itens documentais relacionados a essa reforma perpassam todos os dossiês e foram elaborados por diversos profissionais, tanto funcionários da instituição como contratados. Entre os arquitetos que fizeram parte da equipe da Cobra (Coordenação de Obras do Museu da República), estão Alexandre Brighenti, Luciano Lopes e Luciano Cavalcanti. Brighenti foi o que mais tempo permaneceu na Cobra e deixou reunido, além das plantas arquitetônicas produzidas e/ou acumuladas por ele, um volume de 44 caixas-arquivo (7,3m lineares), nas quais estão registros de seu trabalho, incluindo projetos e relatórios. O setor foi extinto quando de seu falecimento, em 2005, e as caixas que estavam sob sua guarda foram para o sótão do prédio anexo até que, com a criação do Arquivo Institucional, em 2010, passaram a fazer parte do Fundo Museu da República. Essa extensa documentação, cuja organização já foi iniciada,



Mapeamento de fissuras e rachaduras do Palácio do Catete. Rio de Janeiro, 1984.



Casa de bombas. Elaborado por Alexandre Brighenti. Rio de Janeiro, setembro de 1984



*Esboço para a exposição Rio, Cidade Cosmopolita, desenhado por Ivan Walsh Rodrigues.
Rio de Janeiro, s.d.*

traz informações que complementam e enriquecem os documentos cartográficos. Nesse sentido, vale lembrar que a forma de estruturação do Fundo Museu da República procura reunir em séries e subséries documentos que se relacionam entre si, mesmo que em locais de guarda, suportes e dimensões diferentes, preservando a organicidade do conjunto. Desse modo, a relação entre a documentação textual e a cartográfica é sublinhada, aumentando as possibilidades de compreensão acerca das modificações estruturais pelas quais passou o complexo.

Os documentos cartográficos envolvem – ao mesmo tempo e em diferentes escalas – valor informativo, valor histórico, questões de segurança, valor intelectual e valor artístico. Quanto ao aspecto artístico, sobressaem os diversos croquis de exposições elaborados pelo desenhista

e servidor do museu, Ivan Walsh Rodrigues⁶. Assim como Brighenti, Ivan Walsh Rodrigues também deixou, embora em menor quantidade, outros registros de seu trabalho, entre os quais cadernos de anotações, material de pesquisa, estudos de desenhos, desenhos e cartazes. O conjunto das plantas do jardim, que está entre os mais antigos, também merece ser destacado, impressionando pela riqueza de detalhes – alguns itens chegam a conter a descrição das espécies científicas que constam em cada canteiro. Podem ser ressaltados, ainda, os documentos referentes aos diversos padrões de pisos do Palácio, elaborados como estudo sobre a variedade existente para subsidiar a reforma das partes danificadas⁷.

É possível perceber, na documentação, a existência de número significativo de projetos, tanto de obras como de exposições, muitos dos quais não concretizados. É o caso, por exemplo, dos diversos documentos relacionados ao circuito da Exposição *Conjunturas Republicanas* (EXP03), elaborado na década de 1980 e que acabou não sendo montado⁸. Há ainda projetos para os quais não se sabe se houve execução, questão que só poderá ser respondida através da investigação posterior em outros tipos de documentos do acervo. Também é interessante notar que o mesmo ambiente

6 Ivan Walsh Rodrigues (1927-2007) era especialista em desenhos de época, feitos a partir de extensa pesquisa. Trabalhou no Museu da República por mais de 20 anos, na Divisão de Documentação e Pesquisa (DIDOP), como desenhista, ilustrador e aquarelista. Era sobrinho do famoso desenhista José Walsh Rodrigues, que teve grande influência em seu trabalho, principalmente no desenho de fardas militares. Publicou também trabalhos em inúmeras revistas, enciclopédias, livros e peças publicitárias.

7 De acordo com Isabel Portella, pesquisadora do Museu da República, existem, no Palácio do Catete, 23 padronagens de piso, das quais apenas 13 estão representadas entre os documentos cartográficos atualmente existentes no Arquivo Institucional.

8 A Exposição *Conjunturas Republicanas* foi projetada pelos técnicos do Museu da República, sob a coordenação de José Luiz Werneck da Silva. Ela foi pensada como uma grande exposição de longa duração, que seria inaugurada na reabertura do museu ao público, em 15 de novembro de 1989, após seu fechamento para obras. Contudo, a exposição acabou não sendo montada. Em 2010, o projeto foi retomado e atualizado, através da realização da exposição *A Res Publica Brasileira*.

pode ser visualizado através de óticas bastantes diferentes, dependendo do objetivo a que se propõe o documento: a instalação elétrica, um detalhe decorativo, a detecção de um dano, entre outros. Pode-se, por exemplo, observar o gradil de maneira bem diversa através da vista de um detalhe de 1984 ou de uma planta baixa de recolocação de 1998.

USOS E POSSIBILIDADES

Desde que foram reunidos no Arquivo Institucional, os documentos cartográficos têm sido bastante consultados, principalmente por estudantes e professores de Arquitetura, além de arquitetos do IBRAM e profissionais contratados para a realização de projetos e obras para a instituição. A percepção dessa demanda levou o setor a contratar, em 2014, serviço de digitalização para essa documentação, a fim de facilitar seu acesso e aumentar sua preservação, reduzindo o complicado manuseio desse tipo de acervo, em suporte frágil e de grande dimensão. A crescente busca por esses documentos demonstra o interesse existente em torno do conjunto arquitetônico e artístico do Museu da República em seus mais variados aspectos. Pisos, marchetaria, esquadrias, materiais construtivos, elementos decorativos, pinturas, inspirações e influências artísticas, claraboia, espelhos, detalhes arquitetônicos, simetrias, aspectos paisagísticos, esculturas, técnicas construtivas, obras de adaptações, reformas e restaurações; são infindáveis os campos de estudo acerca de um Palácio construído no século XIX por um Barão do café, que serviu de sede da presidência da República por 63 anos e que, desde 1960, funciona como um museu federal. Desse modo, as possibilidades de pesquisa em torno desses documentos são tão múltiplas e variáveis quantos os diversos elementos construtivos, artísticos e históricos do Palácio do Catete, seus anexos e seu jardim.

Além de revelar inúmeras informações acerca do complexo edificado, o estudo dos documentos cartográficos é particularmente importante para o conhecimento da história do Museu da República, contribuindo significativamente para o Programa de Memória Institucional (PMI) desenvolvido pelo Arquivo Histórico e Institucional. As informações vão muito além das

BRASIL/PORTUGAL: A REPÚBLICA NAS LETRAS

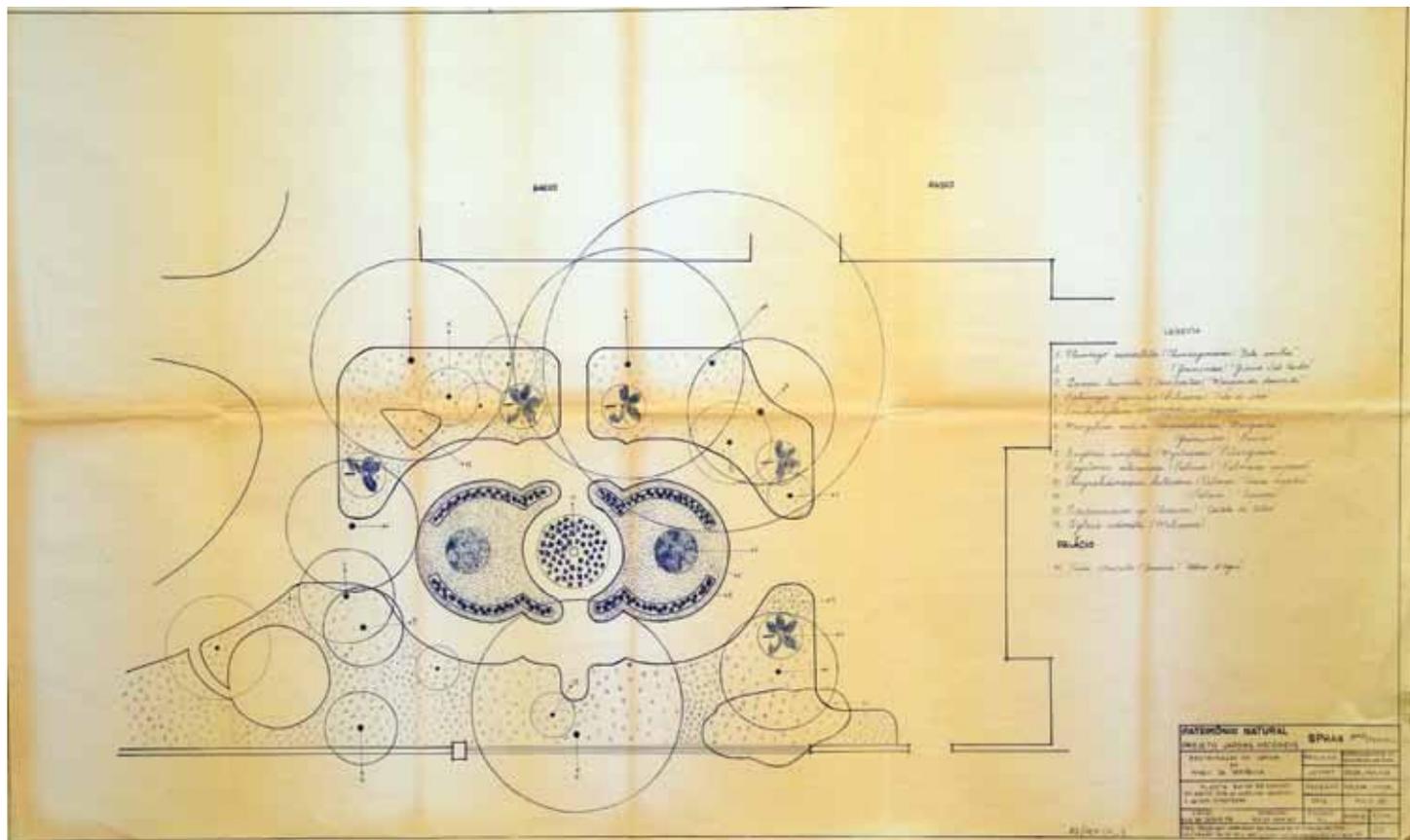
CICLO DE CONFERÊNCIAS E EXPOSIÇÃO
1889 1910

Min. C. SPHAN / PRÓ MEMÓRIA

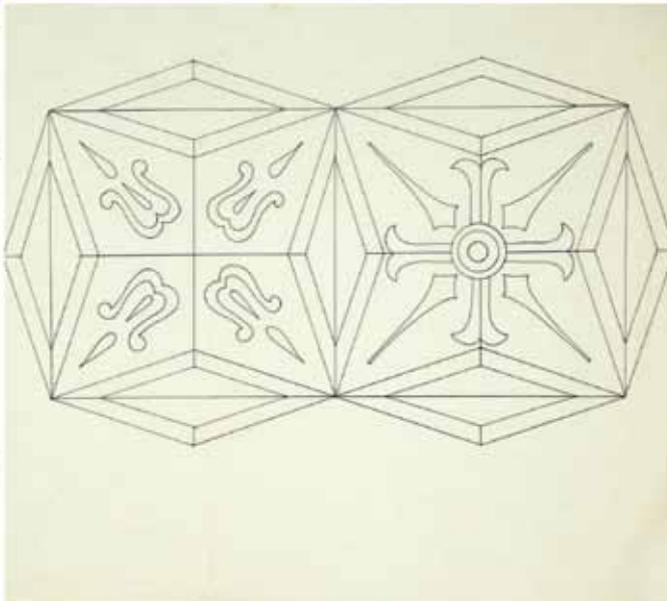
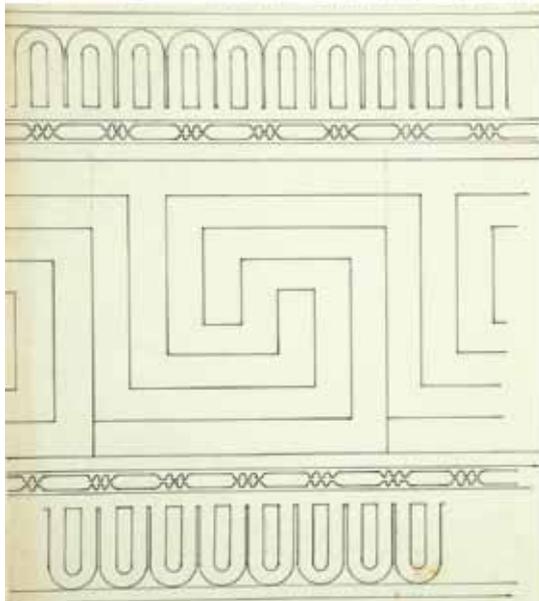
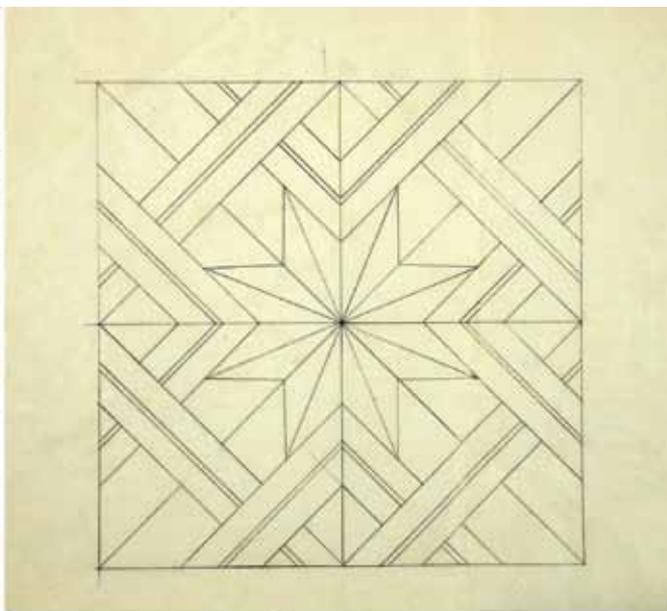
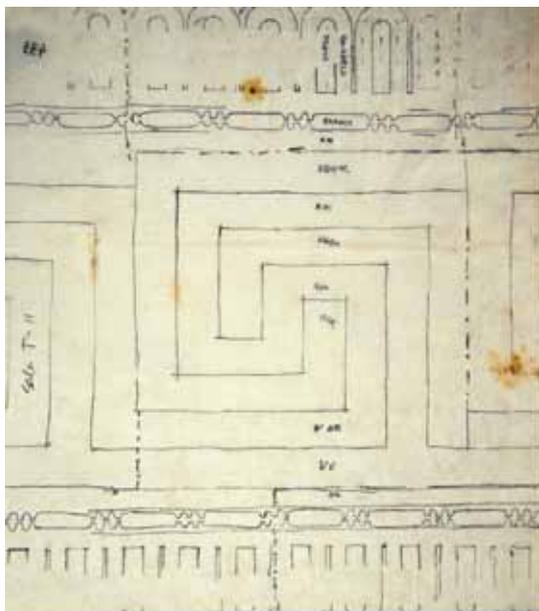
Apoio: Setor Cultural da Embaixada do Brasil em Portugal

MUSEU DA REPÚBLICA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
Exposição 15/08 a 5/09 Conferências 19/08 a 29/08
horário 18,30. Local Praça XV de Novembro no PAÇO IMPERIAL Rio de Janeiro
Informações, tel.: 245.5477. Museu da República

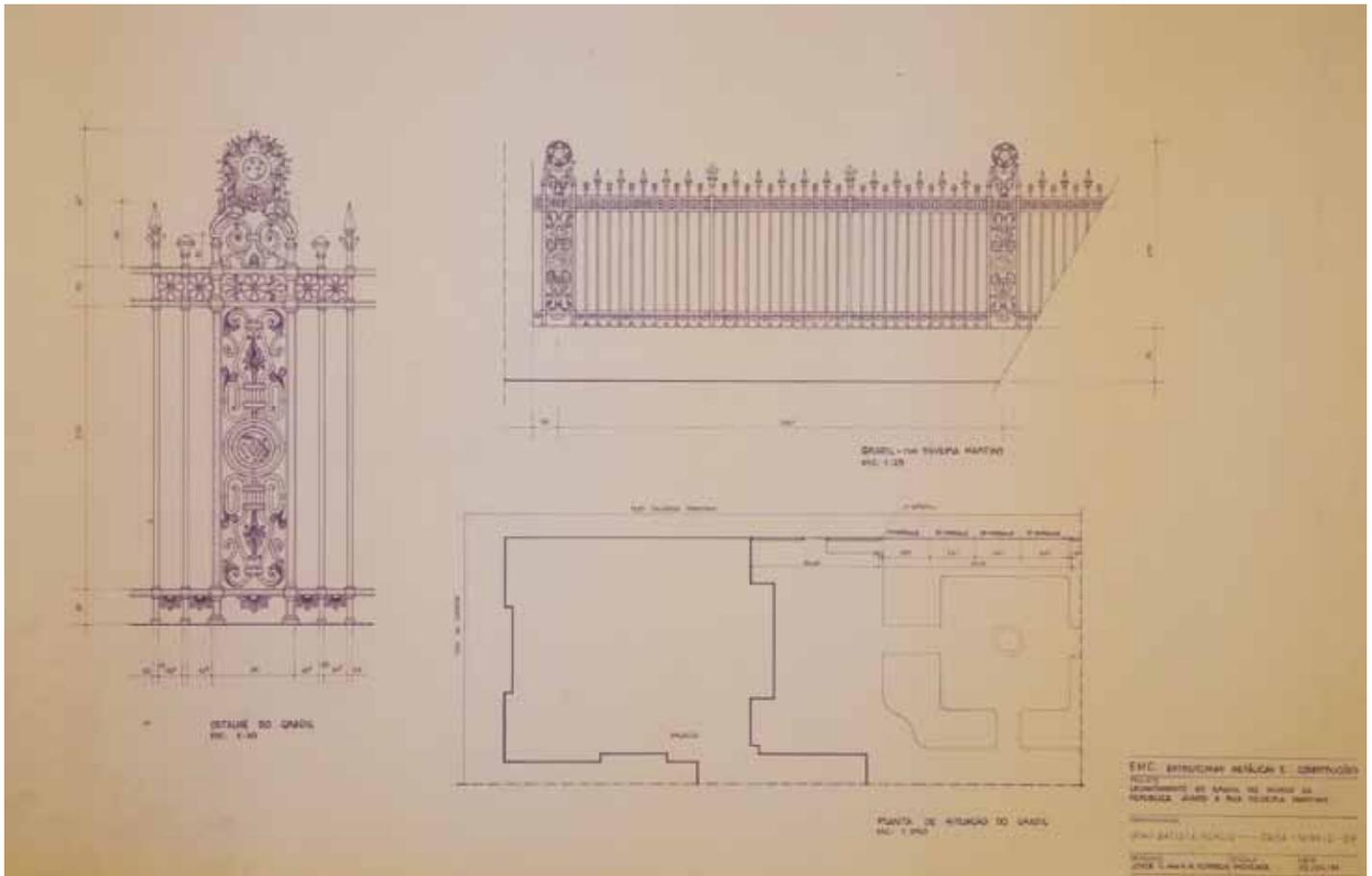
*Cartaz da exposição
Brasil / Portugal:
a República nas
Letras, desenhado por
Ivan Walsh Rodrigues.
Rio de Janeiro, s.d.*



Chafariz do jardim, com as espécies vegetais a serem plantadas. Rio de Janeiro, maio de 1888.

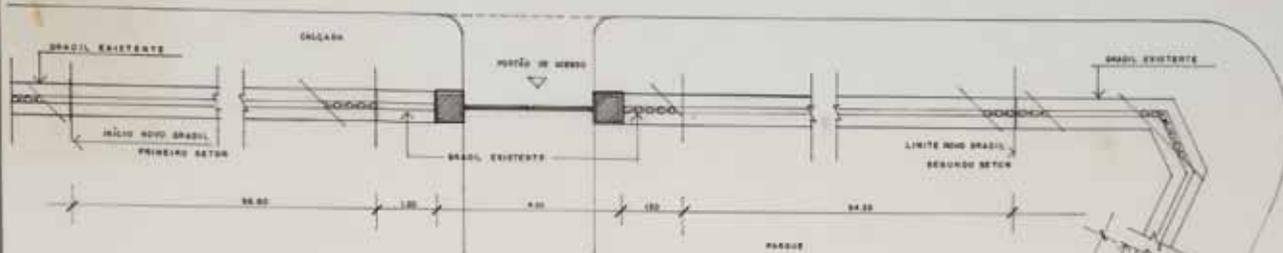


Padrões do piso do Palácio, fevereiro de 1986.

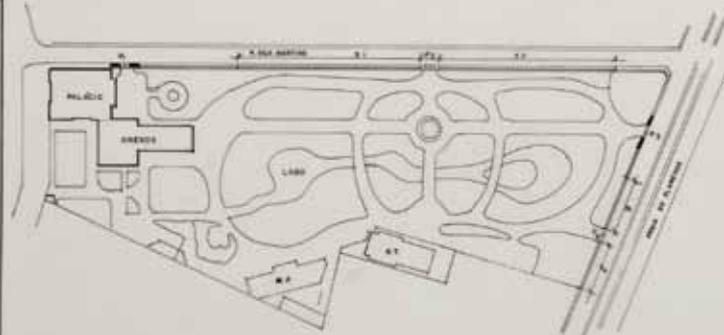


Gril do Museu da República. Rio de Janeiro, 12 de abril de 1984.

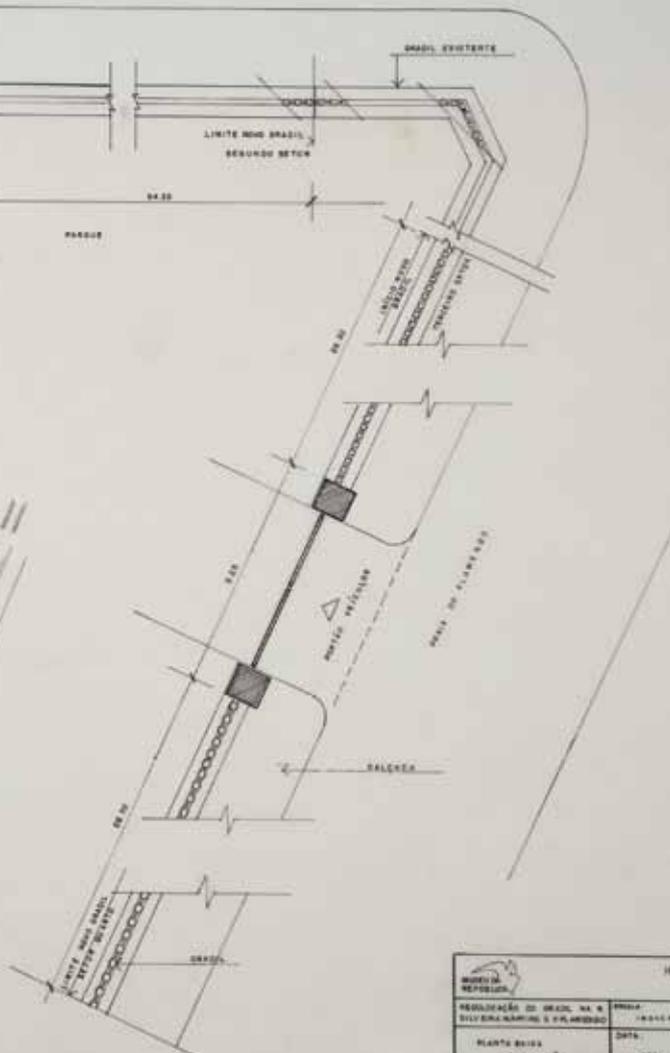
RUA SILVEIRA MARTINS



BRADIL DA R. SILVEIRA MARTINS E PRAIA DO FLAMENGO	
SETOR 1	96.00 ml
SETOR 2	94.25 ml
SETOR 3	29.30 ml
SETOR 4	28.70 ml
TOTAL	248.25 ml

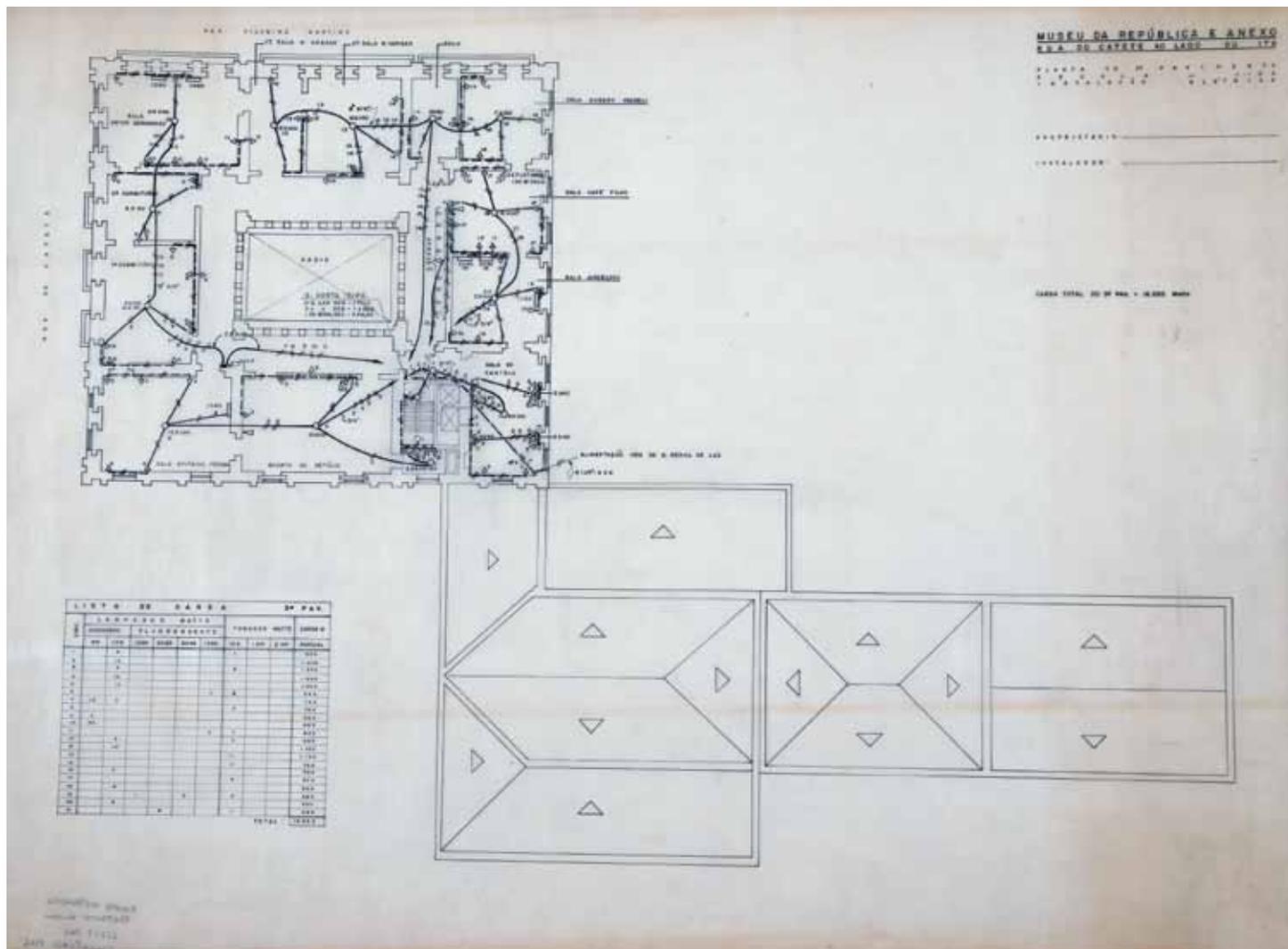


PLANTA DE SITUAÇÃO



		IPHAN
REGULAGEM DO BRADIL NA R. SILVEIRA MARTINS E PRAIA DO FLAMENGO		PRIMEIRA FASE
PLANTA BRUTA	SITUAÇÃO	DATA: _____
_____	_____	ARQUITETO: _____

Gradil do Museu da República. Rio de Janeiro, abril de 1998.

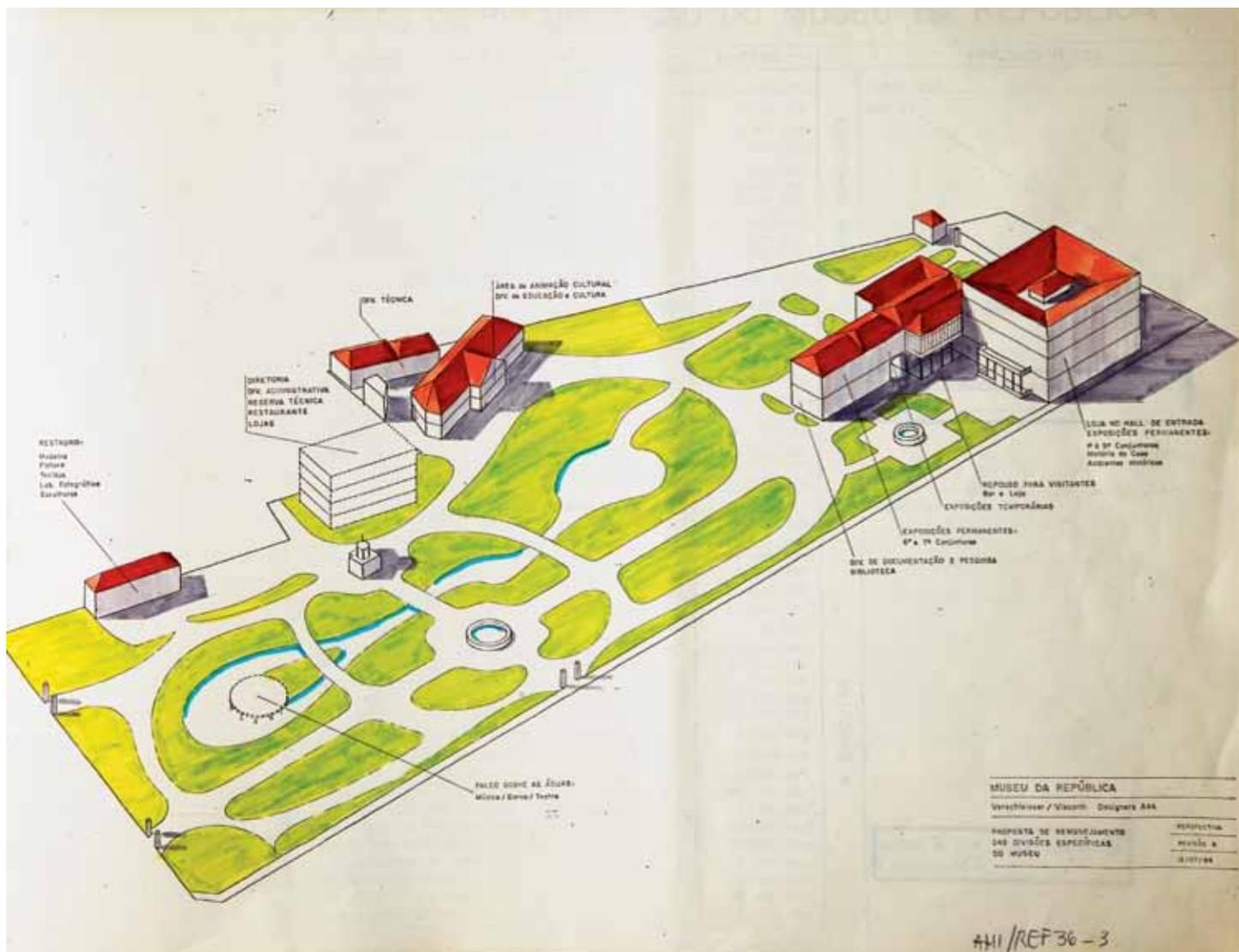


Instalação elétrica do 3º pavimento do Palácio do Catete. Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1976

representações gráficas, permitindo desvelar aspectos pouco conhecidos na história da instituição. Assim, por exemplo, através de uma planta de instalação elétrica, ficamos sabendo que, em 1976, o terceiro pavimento abrigava as seguintes salas: sala Arthur Bernardes, sala Epitácio Pessoa, sala do Castelo, sala Juscelino, sala Café Filho, sala Eugeny Pacceli, além de duas salas Getúlio Vargas (sem contar seu quarto). Da mesma forma, um documento referente ao sistema de detecção e alarme contra incêndio, de 1984, nos informa a existência, no primeiro pavimento, de: sala da caruagem, sala dos fundadores, sala Pereira Passos, sala Nilo Peçanha, sala Prudente de Moraes, sala Rodrigues Alves, sala Governo Provisório, sala Proclamação da República, além da sala ministerial (única que se mantém até hoje). Podemos ainda nos deparar com uma proposta de remanejamento das divisões do Museu, datada de 1984 e nunca concretizada, que previa a construção de um edifício (em uma área não tombada do jardim) que abrigaria diretoria, divisão administrativa, reserva técnica, restaurante e lojas.

O exame dessa documentação permite, sobretudo, investigar os diversos usos atribuídos aos espaços e suas alterações ao longo do tempo. Afinal, os espaços do Museu têm sido utilizados para usos tão diversos como reserva técnica, restaurante, biblioteca infantil, loja, laboratório de restauro, espaço expositivo, cinema, arquivo histórico, galeria de arte, teatro, livraria, auditório, dentro outros. É importante destacar que essas alterações vão além de seu aspecto prático, refletindo muitas vezes mudanças conceituais na definição dos espaços museais e no entendimento da própria missão do Museu da República. Qual é o museu que se quer, para que público e com qual objetivo, são perguntas cujas respostas estão diretamente relacionadas à definição dos usos dos diferentes espaços. Isso inclui, claro, o jardim, espaço tradicionalmente mais “popular” do complexo, bastante frequentado pela comunidade dos bairros contíguos. Também chamado por alguns de *parque*, ele tem abrigado os mais diversos eventos ao longo dos anos, tanto produzidos pela própria instituição como por terceiros, tais como exposições de banners nas aleias, colônia de férias e outras atividades promovidas pelo setor educativo, feiras de livros, feiras de plantas, palestras, apresentações musicais e teatrais, entre outras.

Da mesma maneira, as obras e reformas realizadas ao longo do tempo também envolvem escolhas, decisões, critérios e modos de fazer que dizem muito sobre o modo como têm sido pensados e entendidos os espaços do Museu da República, em cada época. Assim, a investigação das fontes cartográficas, e seu cotejamento com outras fontes, como relatórios de gestão, fotografias, correspondências e depoimentos orais, possibilita abrir novas perspectivas e levantar importantes questões no campo da história institucional. Finalmente, se os documentos textuais e audiovisuais reunidos no Arquivo Institucional permitem uma inserção na história e no acervo do Museu da República, os documentos cartográficos colocam em destaque um elemento vital para a compreensão de sua trajetória: *o espaço*. Fator revelador em tantas análises, as considerações e reflexões em torno do espaço são particularmente significativas em instituições de patrimônio. No caso do Museu da República, essa questão é essencial, na medida em que a instituição foi criada *no e para* o Palácio do Catete, de modo que é impensável visualizá-la em outra localidade. Sua história e identidade estão inteiramente relacionadas a esse palácio, seus anexos e jardim. Por tudo isso, o recolhimento e o tratamento dos documentos cartográficos realizado pelo Arquivo Institucional enriqueceu de forma notável o acervo do Museu, permitindo a abertura de novas vertentes de investigação e aprofundando as possibilidades de estudo e conhecimento.



*Proposta de remanejamento das divisões específicas do Museu (não concretizada).
Rio de Janeiro, 17 de julho de 1984.*

RELAÇÃO DE DOSSIÊS DOS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DATAS
EVE01	Cartazes de eventos realizados no MR	[1983] a 1994
AGU01	1º pavimento do Palácio	Maió 1984
AGU02	2º pavimento do Palácio	Maió 1984
AGU03	3º pavimento do Palácio	Maió 1984
AGU04	Casa de máquinas	Maió 1984
AGU05	Parque	1987
AGU06	Colunas de águas pluviais do Palácio	Abr 1984
AGU07	Chafarizes do jardim	13 mar 1987
AGU08	Poço artesiano	1984
AGU09	Casa de bombas	Set. 1984 a 29 jan. 1989
AGU10	Laboratório de Restauração	s.d.
AGU11	Vestiários	10 mar. 2006 a Set. 2006
AGU12	Banheiros	11 fev. 1985 a 06 fev. 1995
AGU13	Esgoto do 1º pavimento do Palácio	Maió 1984
AGU14	2º pavimento do Palácio	Maió 1984
AGU15	3º pavimento do Palácio	Mario 1984
AGU16	Telhado da casa de máquinas e cobertura do Anexo	Maió 1984
AGU17	Coreto	Mar. 1986
REF01	1º pavimento do Palácio	14 abr. 1967 e fev. 1984
REF02	2º pavimento do Anexo	Nov. 1987
REF03	3º pavimento do Anexo	nov. 1987 a out. 1993

OBSERVAÇÃO	LOCALIZ.	QTDE.
Há fotolitos da exposição "Brasil / Portugal: a República nas letras". 44 digitais / 61 físicos EVE01_04 tem EVE01_04a EVE01_37a documento com 11 cartazes EVE01_40 o documento com 5 cartazes EVE01_44 tem frente e verso EVE01_44a e EVE01_44b	1	61
	2	1
	2	1
	2	1
	2	1
	2	13
	2	1
	2	4
	2	2
	2	11
	2	2
	2	2
	2	3
	2	1
	2	1
	2	1
	2	2
	2	2
	3	4
	3	5
	3	8

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DATAS
REF04	1º pavimento do Anexo	Nov. 1987 a ago. 1988
REF05	Remanejamento das divisões do complexo	30 maio 1984
REF06	Intervenções no 3º pavimento do Anexo (há também 1º/2º/3º pavimentos e cobertura)	Nov. 1987
REF07	Parque e jardim	12 jan. 1984 a dez. 1998
REF08	Núcleo de vídeo	Set. 1994
REF09	Loja e chapelaria	Out. 1990 a ago. 2003
REF10	Laboratório Fotográfico	s.d.
REF11	Usina	Nov. 1987 a 10 jan. 1994
REF12	Casa da guarda	29 nov. 1988 a 11 dez. 1989
REF13	Arquivo	Mai 2002
REF14	Estacionamento para funcionários	Jan. 1993 a 19 jan. 1999
REF15	Cortes do Anexo	13 jun. 1961 a dez. 1987
REF16	Reserva técnica/Adaptação Usina	10 nov. 1986 a jun.2000
REF17	Coreto	01 mar. 1984 a 15 fev. 1985
REF18	Cronograma de obras	1975 e 1979
REF19	Recuperação das varandas	28 abr. a out. 1984
REF20	Demolição da laje do heliponto	Mai 1984
REF21	Proteção para a claraboia do Palácio	1986

OBSERVAÇÃO	LOCALIZ.	QTDE.
Um dos documentos inclui todos os pavimentos. Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada REF04_1	3	4
Inclui outras instituições que ocupavam o parque.	3	1
Sobre acréscimos aos projetos de: Pedro Latif e Mello Cunha LTDA (1934); Aarão Reis (16 jun. 1896); Ministério da Fazenda (1949-50); e Divisão de Obras do MEC (21 jun. 1961 e 1967).	3	5
	3	9
Também nominada Sala Multimídia e Auditório.	3	11
	3	3
Refere-se apenas à laje do laboratório e do sanitário feminino.	3	1
	3	8
Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada REF12_13	3	3
Contém fotos da situação antes da obra. 14 digitais / 13 físicos REF13_11 tem REF13_11a Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada REF13_12/13	3	13
Inclui bilhete de Alexandre Brighenti para Anelise Pacheco, de 03 dez. 1998. (bilhete não digitalizado)	3	3
	3	18
Inclui a adaptação da Usina para uso da Reserva Técnica.	3	27
	3	18
Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada REF18_1	4	8
	4	4
	4	2
	4	1

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DATAS
REF22	Obras entre 1975 e 1984	[1984]
REF23	Banheiro do Anexo	17 jul. 1961 e maio 1994
REF24	Escada do Anexo Administrativo e da Sala de Atualização	25 jul. 1961 a Nov. 1991
REF25	Chafariz do Anexo	31 out. 1986
REF26	Mapeamento das crostas negras e faixas d'água do Palácio	Mar. 1986 a jan. 1988
REF27	Mapeamento de fissuras e rachaduras do Palácio	Jan. a abr. 1984
REF28	Padrões do piso do Palácio	Set. 2000
REF29	Gradil e portões	25 fev. 1985 a abr. 1998
REF30	Esquadrias do Palácio	Dez. 1983 a 28 fev. 1986
REF31	Construção do Metrô	10 out. 1977 a 26 set. 1984
REF32	Instalação do gabinete do Ministro Ney Galvão	[1963]
REF33	Estrutura metálica do Restaurante Museum	Jul. 2000
REF34	Teatro	18 fev. 1992
REF35	Restaurante Peixe Real	Ago. 1997
REF36	Perspectivas de reuso do Palácio e do Parque	12 jul. 1984
REF37	Biblioteca	[1990]

OBSERVAÇÃO	LOCALIZ.	QTDE.
Documentos encadernados. Provavelmente, há duplicatas em outros dossiês. Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada REF22_16/17	4	33
	4	3
	4	13
	4	2
	4	3
	4	47
Inclui planta baixa do térreo. Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada REF28_26	4	27
	4	12
REF30_3 tem REF30_3verso REF30_35 tem REF30_35 A E B REF30_43 TEM REF30_43 A E B 46 digitais / 43 físicos	5	43
Tratam-se de análises do solo e das etapas das intervenções. Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada REF31_2 a 9 /14 a 23	5	38
Transferidas da Coleção Palácio do Catete.	5	3
Refere-se à cozinha e bar do restaurante. REF33_1 tem comunicado anexo (não digitalizado)	5	4
Núcleo de teatro político Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada REF34_5/6/7	5	7
Proposta para o espaço gastronômico do parque.	5	1
Em anexo, sugestão de percurso para a exposição sobre as conjunturas.	5	18
Reocupação com divisórias	5	1

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DATAS
REF38	Viveiro/ Patário	
SIT01	Fachada do Palácio	Dez. 1987
SIT02	Reserva Técnica	Out. 1986 a 25 jul. 1987
SIT03	Laboratório de Restauração	10 nov. 1986
SIT04	Biblioteca Infantil	s.d.
SIT05	Quiosque / lanchonete	Fev. 2004
SIT06	Banheiros	Nov. 1988 a jan. 1989
SIT07	Auditório	[1983]
SIT08	Cinema	Set. 2001
SIT09	Loja e chapelaria	23 nov. 1987
SIT10	Usina	Nov. 1985
SIT11	Vestiários	27 dez. 2005
SIT12	Instalação do MR	07 jul. 1975
SIT13	Casa de máquinas e cobertura	15 maio 1980 a 25 nov. 1984
SIT14	Telhado do Palácio	Jan. 1984 a mar. 1986
SIT15	Três pavimentos do Palácio e do Anexo	22 jun. 1967 a 22 nov. 1987
SIT16	1º pavimento dos Anexos	09 maio 1961 a Nov. 1987
SIT17	2º pavimento dos Anexos	03 jul. 1961 a 14 mar. 1995

OBSERVAÇÃO	LOCALIZ.	QTDE.
	5	1
	6	12
	6	5
	6	3
Doação de Ecylla Brandão, durante sua entrevista ao AHI, em 10 fev. 2014.	6	1
Elaborado por Juliana Rangel Arquitetura e Design.	6	3
	6	7
Em diferentes épocas, usados como Sala Multimídia, Núcleo de vídeo e Restaurante.	6	6
Inclui o espaço do banheiro interno.	6	7
	6	4
Também nominada Subestação de Energia.	6	5
	6	13
	6	2
Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada SIT13_16	6	18
	6	4
Planta geral do MR em visão baixa, perspectiva, vista frontal, e detalhes. Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada SIT15_4/5/6	7	7
Inclui desenho de sobreloja.	7	15
Inclui o Palácio e os dois prédios Anexos. 21 digitais / 19 físicos SIT17_1 tem SIT17_1a e SIT_17b Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada SIT17_1/6/11/14/17/18/19	7	19

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DATAS
SIT18	3º pavimento dos Anexos	10 ago. 1961 a 25 nov. 1996
SIT19	Arquivo	s.d.
SIT20	Detalhes do Telhado do Palácio	Dez. 1983
SIT21	Cortes do Palácio e do Anexo	Dez. 1987
SIT22	Parque	[1965] a out. 1996
SIT23	1º pavimento do Palácio	Fev. 1984 a mar. 1986
SIT24	2º pavimento do Palácio	Fev. 1984 a ago. 1988
SIT25	3º pavimento do Palácio	25 maio 1980 a 25 nov. 1996
SIT26	Estacionamento	23 jun. 1986
EXP01	Estrutura do Palácio para circuitos	s.d.
EXP02	Memória da casa	Fev. 1984 a 17 out. 1987
EXP03	Circuito das conjunturas	15 maio 1980 a maio 1989
EXP04	Sala de exposição temporária	s.d.
EXP05	Instalação de galhardete institucional	27 dez. 1994

OBSERVAÇÃO	LOCALIZ.	QTDE.
17 digitais / 16 físicos Tem situação 18_12 a e _12b	7	17
Croqui da planta baixa.	7	1
Detalhes decorativos, estrutura e cortes do telhado. Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada SIT20_1 a 10	7	10
	7	6
Em anexo, como referência,cópia de planta de 24 fev. 1897, do Arquivo do Iphan. Há várias propostas paisagísticas com nomes científicos das espécies do jardim.	8	27
Inclui versão apenas digital, doada pela empresa Gortec, em jul. 2015. 13 digitais / 12 físicos	8	12
Inclui versão apenas digital, doada pela empresa Gortec, em jul. 2015. 13 digitais / 12 físicos Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada SIT24_4/7/8/9	8	12
Inclui versão apenas digital, doada pela empresa Gortec, em jul. 2015. Em anexo, como referência,cópia de planta de 16 jun. 1896, do Arquivo do Iphan. 17 digitais / 16 físicos Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada SIT25_2/8/12/13/14	8	16
	8	1
Trata-se de estudos para a circulação dentro do Palácio.	9	4
	9	17
Essa exposição ainda não foi realizada.	9	34
	9	3
	9	1

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DATAS
EXP06	Croquis de exposições	s.d.
EXP07	Esquema de vitrines	15 jan. 1986 a ago. 1988
EXP08	Sinalização do Parque	26 Jul. 1985
EXP09	Expositor para o veículo presidencial	25 maio 1995
EXP10	Constituintes e constituições brasileiras	06 mar. 1986
EXP11	Uma experiência: ver e fazer	s.d.
EXP12	Campanhas eleitorais	s.d.
EXP13	Painéis para exposições itinerantes	23 maio 1986
EXP14	Aspectos da moda no Brasil	[1980]
EXP15	Mostra bibliográfica	s.d.
EXP16	Dias de crise; uma visão da imprensa	s.d.
EXP17	Quarto no Palácio	23 maio 1990
EXP18	Exposição não identificada	[1980]
EXP19	Rio, cidade cosmopolita	s.d.
SEG01	Sistema de combate a incêndio do 1º pavimento do Palácio	Fev. 1984 a mar. 1986
SEG02	Sistema de combate a incêndio do 2º pavimento do Palácio	Fev. 1984 a mar. 1986
SEG03	Sistema de combate a incêndio do 3º pavimento do Palácio	Fev. 1984 a mar. 1986
SEG04	Sistema de combate a incêndio da cobertura e casa de máquinas	Mar. 1986
SEG05	Sistema de combate a incêndio dos três pavimentos do Palácio, da Cobertura e do Anexo	[1961]
SEG06	Sistema de combate a incêndio do Anexo	26 jan. 1988

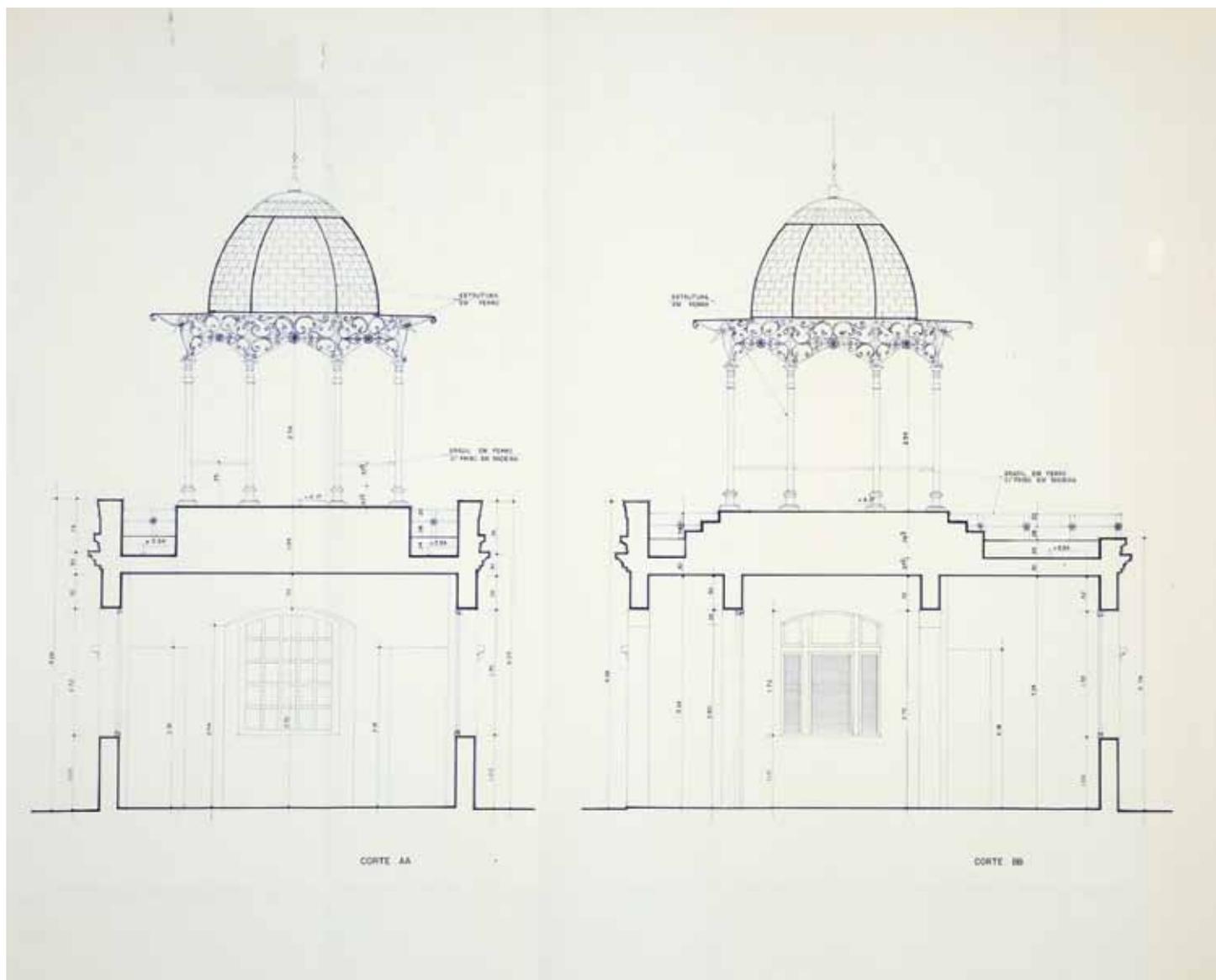
OBSERVAÇÃO	LOCALIZ.	QTDE.
Não identificadas.	9	19
Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada (itens 1 a 8/17/18/21 a 26)	9	28
	9	1
Esquema da vitrine proposta.	9	1
Há cartaz correspondente no dossiê Iconográfico/Evento.	9	1
	9	5
	9	1
Estrutura básica para exposições indefinidas.	9	7
	9	2
Comemorativa ao Dia Internacional dos Museus, 18 de maio.	9	1
	9	2
Cômodo não identificado. Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada	9	1
Estudo do 2º pavimento do Palácio.	9	1
Número 2 da série Flagrantes do Passado. Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada – Exp19_37	9	41
	10	4
Inclui a cobertura do Palácio e do Anexo.	10	4
	10	5
Inclui a cobertura do Anexo e do Palácio. Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada SEG04_7/8	10	8
	10	1
	10	2

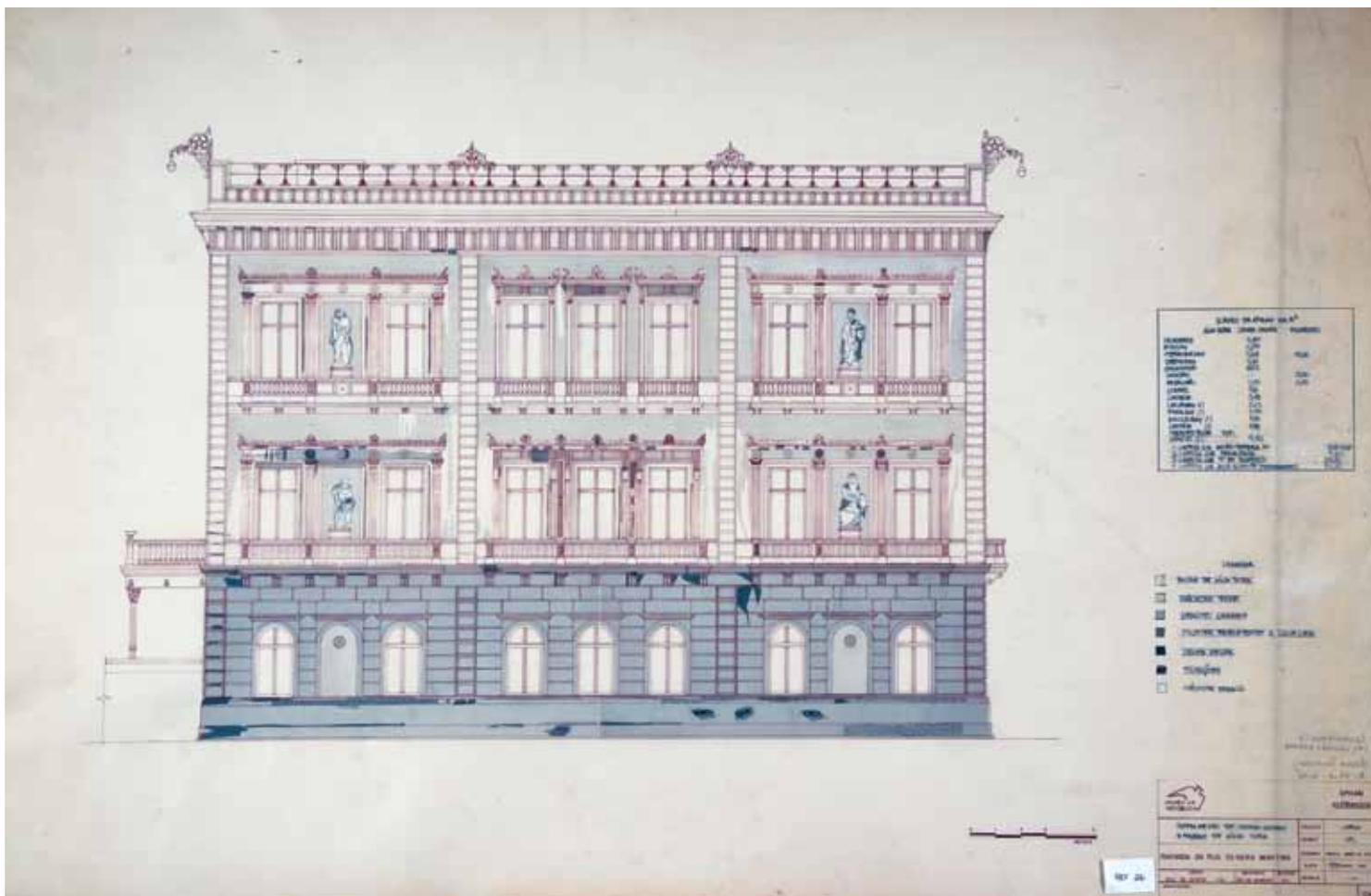
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DATAS
SEG07	Para-raios do Palácio e do Anexo	Jan. a mar. 1987
SEG08	Sistema de combate a incêndio do parque	s.d.
SEG09	Sistema de combate a incêndio da Reserva técnica	26 jan. 1988
SEG10	Instalação elétrica do sistema de controle	20 jan. 1988
SEG11	Imunização de porta interna do Palácio	18 jul. 1984
SEG12	Caixa de incêndio	Nov. 1984
SEG13	Central de Segurança e Controle	Dez. 1987 e 20 Jan. 1988
SEG14	Postos fixos de seguranças do parque	s.d.
TEL01	1º pavimento do Anexo	[s.d.]
TEL02	1º pavimento do Palácio	[ago. 1984]
TEL03	2º pavimento do Palácio	[ago. 1984]
TEL04	3º pavimento do Palácio	[ago. 1984]
TEL05	Casa de máquinas	[ago. 1984]
TEL06	Parque	s.d.
TEL07	Esquema vertical do MR	s.d.
LUZ01	1º pavimento do Palácio	1976 a ago. 2004
LUZ02	2º pavimento do Palácio	15 jan. 1985 a 05 mar. 1998
LUZ03	3º pavimento do Palácio	15 jan. 1985 a 05 mar. 1998
LUZ04	Telhado e casa de máquinas	8 nov. 1961 a maio 1986
LUZ05	1º pavimento do Anexo	28 ago. 1985 a 20 jan. 1988
LUZ06	2º pavimento do Anexo	03 nov. 1961 a 5 abr. 1991
LUZ07	3º pavimento do Anexo	07 nov. 1961
LUZ08	Parque	1983 a 20 jun. 1995
LUZ09	Coreto	25 jun. a ago. 1986
LUZ10	Laboratório de Restauração	Out. 1997

OBSERVAÇÃO	LOCALIZ.	QTDE.
Imagem SEG7_5 físico não localizado. Imagem SEG7_5 igual SEG7_3 diferença é que a 5 é papel sulfite	10	4
	10	1
	10	1
Planta baixa e cortes.	10	2
	10	1
	10	1
	10	3
	10	1
	11	1
	11	4
	11	4
Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada TEL04_2	11	4
	11	3
	11	3
	11	1
	12	26
	12	10
Alguns documentos mostram nomes das salas conforme a época de inauguração do Palácio, segundo informação de Mario Chagas.	12	16
	12	9
	12	7
	12	3
	12	1
	12	18
	12	7
	12	3

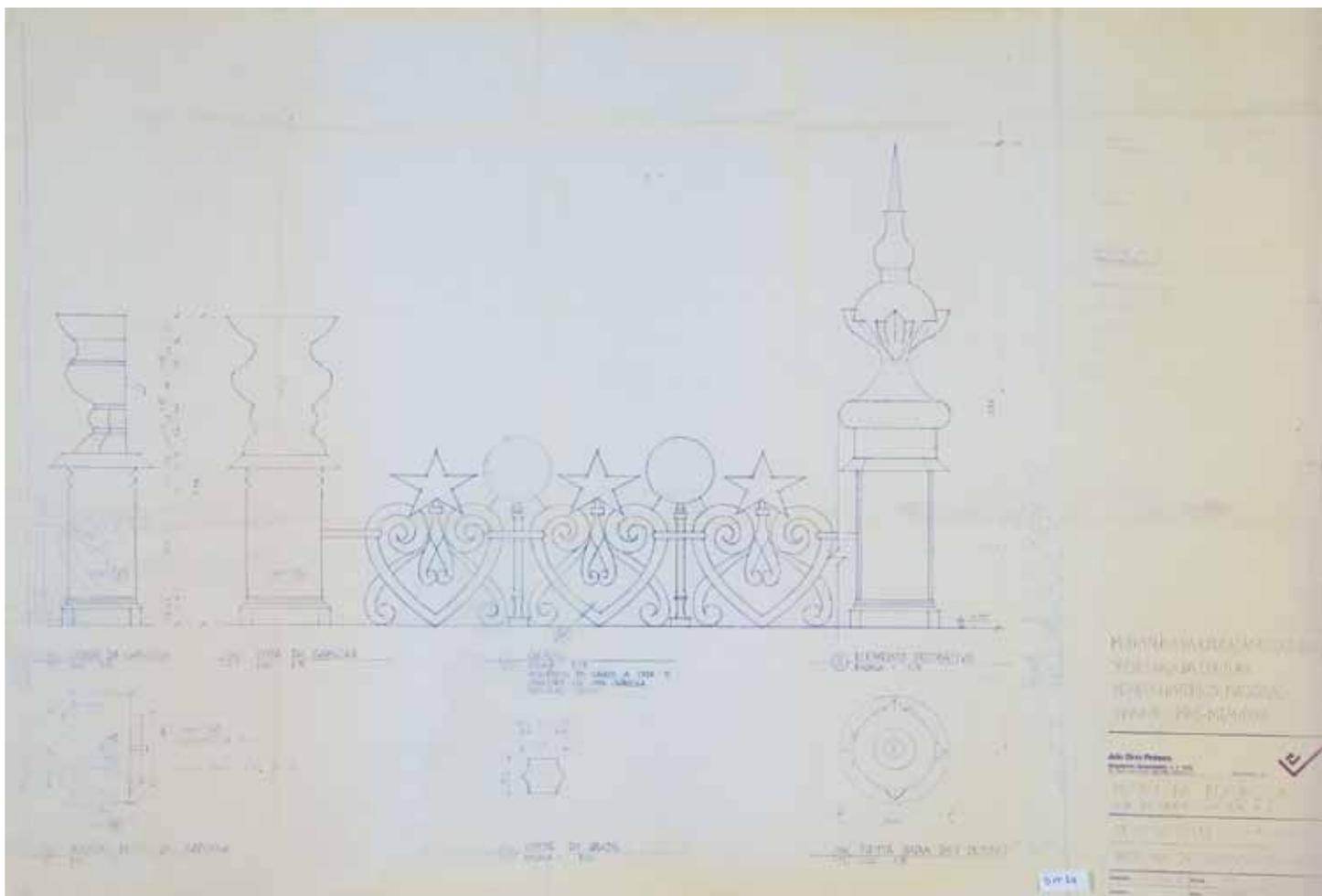
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	DATAS
LUZ11	Três pavimentos do Anexo e Casa de máquinas	s.d.
LUZ12	Núcleo de vídeo	Maio 2008
LUZ13	Cinema	11 fev. 2001
LUZ14	Vestiários	11 mar. 2006
LUZ15	Esquema isométrico do banheiro do Palácio	Mar. 1986
LUZ16	Aterramento do Anexo	Mar. 1987
LUZ17	Ar condicionado	Ago. 1986 a jun. 1999
LUZ18	Estudo para iluminação da fachada	28 abr. 1992
LUZ19	Ilha da pérgula	12 maio 1995
LUZ20	Teatro	[1994] a out. 1996
MAP01	Levantamento aerofotogramétrico do Catete e arredores	s.d.
MAP02	Levantamento aerofotogramétrico do terreno do MR	s.d.

OBSERVAÇÃO	LOCALIZ.	QTDE.
	12	1
Também nominada Sala Multimídia e Auditório. 7 digitais / 6 físicos LUZ12_03 frente e verso Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada Luz12_01	12	6
	12	1
	12	1
	12	1
	12	1
Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada Luz17_06/07/08	12	10
Alterar imagem no digital sobre informação de classificação que foi alterada Luz18_03	12	3
Cafeteria do parque.	12	1
Entradas de luz e áudio; light designer: Jorginho de Carvalho.	12	3
	13	17
MAP2_3 tem MAP2_3b 5 digitais / 5 físicos	13	5

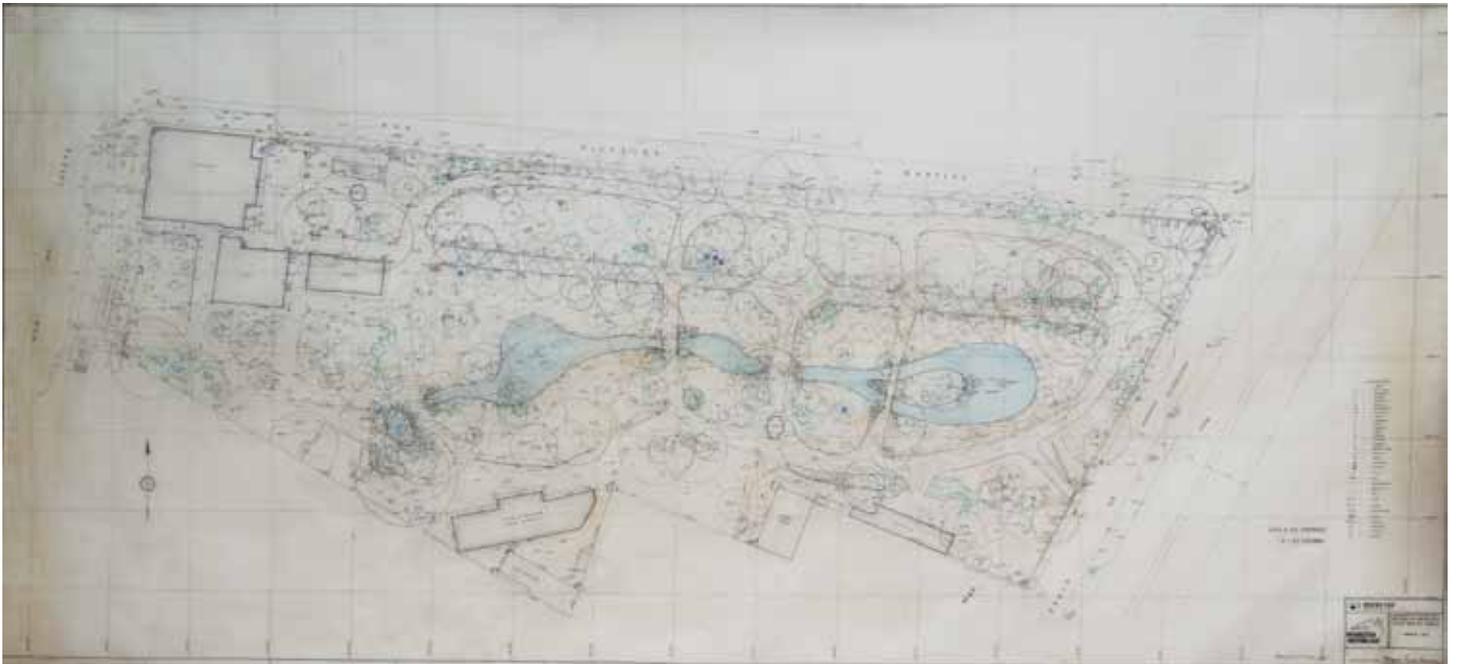




*Fachada da Rua Silveira Martins: mapeamento de crostas negras e faixas de água dura.
Rio de Janeiro, março de 1988.*



Detalhes decorativos do Palácio do Catete. Rio de Janeiro, dezembro de 1983.



Levantamento Planialtimétrico do terreno. Rio de Janeiro, s.d.

© 2018 Museu da República

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Biblioteca do Museu da República

R426 República em documentos: Fundo Institucional -
Documentos Cartográficos / organização de Gleise Cruz,
Sílvia Pinho. - Rio de Janeiro: Museu da República, 2018.
80 p. : il. ; 21 cm. - (Documentos Arquivísticos; 2).

Inclui índice.

ISBN 978-85-85732-38-7

1. Museu da República. 2. Acervo Arquivístico. 3. Arquivo
Institucional. 4. Documentos Cartográficos. I. CRUZ, Gleise, org.
II. PINHO, Sílvia, org. III. Série.

CDD 069.5074

Museu da República

Rua do Catete, 153 — Catete

CEP 22220-000 — Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2127-0324

mr@museus.gov.br

MUSEU DA REPÚBLICA

Diretor

MARIO CHAGAS

Coordenador Técnico

MARCUS VINICIUS MACRI RODRIGUES

Coordenadora Administrativa e Financeira

SILVIA FENIZOLA

Arquivo Histórico e Institucional

GLEISE ANDRADE CRUZ

MARIA DE FÁTIMA DA SILVA MORADO

PAULO CELSO LIBERATO CORRÊA

SILVIA CAMPOS DE OLIVEIRA PINHO

ESTAGIÁRIOS: ALOAN SOBRAL E THAYNÁ SOARES

Laboratório de Conservação e Restauro de Papel

LIAMARA LEITE FANAIA

Organização do Fundo Institucional

GLEISE CRUZ

Organização, pesquisa e elaboração da publicação

GLEISE CRUZ

SILVIA PINHO

Imagens

ARQUIVO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL DO MUSEU DA REPÚBLICA (com exceção da imagem p. 11)

Digitalização das imagens

RENE LEAL

Programação Visual

ESPIRÓGRAFO EDITORIAL / MARCIA MATTOS

Imagem da capa

PLANTA DE SITUAÇÃO DA FACHADA DO PALÁCIO DO CATETE. RIO DE JANEIRO, DEZ. 1987.

Esta publicação data de novembro de 2018.

Foram utilizadas as fontes Gentium Book Basic
e BrightonTwo Sans NBP.

Os documentos cartográficos que constituem a presente publicação têm uma poética singular e nos ajudam a perceber e compreender a dinâmica da preservação de um bem registrado como patrimônio histórico e artístico nacional, qual seja: o Palácio do Catete e seu Jardim Histórico, sede atual do Museu da República! Vida longa para o Museu da República! Vida longa para o Instituto Brasileiro de Museus!

Mario Chagas

